

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGE**

PAULINO HYKAVEI JUNIOR

**O COTIDIANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA VISÃO DE
PROFESSORES APÓS A RESOLUÇÃO SEED/PR 3600 DE 2011**

**GUARAPUAVA-PR
2016**

PAULINO HYKAVEI JUNIOR

Relatório de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação Cultura e Diversidade, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz

**GUARAPUAVA-PR
2016**

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz
UNICENTRO**

**Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho
UEPG**

**Prof. Dr. Khaled Omar Mohamad El Tassa
UNICENTRO**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha querida Mãe Tecla Hykavei que sempre esteve ao meu lado me incentivando em meus estudos.

Ao meu Tio Rori Mendes Correa (in memorian) pelos conselhos e orientações durante toda minha vida.

A minha amada esposa Franciely Weber Hykavei pelos entendimentos e pelo amor repassado.

AGRADECIMENTOS

A minha família que tem uma participação essencial em meu desenvolvimento acadêmico.

Ao meu orientador Professor Gilmar pelas orientações e conselhos.

Aos colegas de mestrado pela parceria e incentivo.

E aos amigos pelo apoio incondicional.

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
1 INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	
1.1 TENSÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.2 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS MANIFESTOS: DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS À(S) COMUNIDADE(S) ACADÊMICA(S).....	22
1.3 MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARANAENSE.....	24
1.4 CONTRADIÇÕES/EMBATES.....	30
CAPÍTULO 2. O COTIDIANO DE UMA ESCOLA ESPECIAL	
2.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO COTIDIANO.....	33
2.2 SOBRE O PRECONCEITO NO COTIDIANO DA ESCOLA.....	38
CAPÍTULO 3. MÉTODO OU COMO PRODUIR INFORMAÇÕES PARA ADENSAR A DISCUSSÃO?	
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	41
3.2 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA	
3.2.1 Escola de Educação Especial.....	43
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
3.3 COLETAS DE DADOS	
3.3.1 Instrumento.....	44
3.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	
4.1 SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	47
4.2 ALUNOS ATENDIDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	49
4.3 MUDANÇAS NA RESOLUÇÃO ESTADUAL.....	52
4.4 TRABALHO PERANTE A SOCIEDADE.....	56

4.5 DIFERENÇAS DENTRO DA INSTITUIÇÃO.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	65

RESUMO

O COTIDIANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: PENSAMENTOS E PRÁTICAS DENTRO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisas sobre a inclusão escolar e Educação Especial são de extrema importância para o cenário educacional que temos hoje. Quando efetuadas, soluções e problemas são encontrados para que todo o processo seja realizado de forma organizado e completo. Mesmo após vários anos de conhecimento empírico adquirido, estudos e debates devem acontecer para obter maiores esclarecimentos sobre o assunto escolhido. A educação especial é uma área que tem como objetivo atender alunos que possuem algum tipo de deficiência, esta modalidade no estado do Paraná se transformou como parte da educação básica, tendo mudanças no planejamento e nas práticas pedagógicas. O presente estudo teve como objetivo principal compreender a opinião de cinco professores que atuam na educação especial e as mudanças ocorridas nestas instituições. Entrevistas foram realizadas abordando os temas que foram definidos no início da pesquisa. Estes temas tiveram como objetivos entender qual o trabalho destes professores antes e depois das mudanças efetuadas no estado do Paraná e como se dá o trabalho dos mesmos dentro da instituição além do seu papel diante da inclusão escolar. Tivemos como resultados que o trabalho destes professores sofreram pequenas alterações em suas práticas que o trabalho continua como era antes da mudança da Educação Especial. Sobre o processo de inclusão todos declararam que necessitam de alterações nas escolas de ensino comum para receber alunos com deficiência e que alguns alunos que frequentam a educação especial não tem condição de frequentar o ensino comum devido ao seu comprometimento. Concluímos que a inclusão escolar necessita de uma proximidade da Educação Especial, entendendo o processo como um todo incentivando que o aluno com Educação Especial esteja matriculado no ensino comum. E que a Educação Especial carece de informação sobre a importância da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum. Desta forma entendemos que estudos com este objetivo devem ser apresentados para que possamos divulgar e entender o processo de inclusão e da Educação Especial.

Palavras Chave: Educação Especial, Inclusão Escolar, Alunos com deficiência

ABSTRACT

THE DAILY OF A SPECIAL EDUCATION: THOUGHTS AND PRACTICES IN THE INSTITUTION

Research on school inclusion and special education are extremely important to the educational scenario we have today. When done, solutions and problems are encountered in that the entire process is performed so arranged and complete. Even after several years of empirical knowledge acquired studies and discussions should happen to get further information about the chosen subject. Special education is an area which aims to meet students who have a disability, this mode in the state of Paraná has become as part of basic education, and changes in planning and teaching practices. This study had as main objective to understand the opinion of five teachers who work in special education the changes in these institutions. Interviews were conducted addressing the issues that have been defined at the beginning of the research. These themes aimed to understand what the work of these teachers before and after the changes made in the state of Paraná and how is the work of the same within the institution and their role in the school inclusion. We had such results that the work of these teachers underwent minor changes in their practices that work continues as it was before the Special Education change. On the process of including all stated that require changes in the common schools to receive students with disabilities and that some students who attend special education can not afford to attend the regular education because of their commitment. We conclude that the school inclusion requires a proximity of Special Education, understanding the process as a whole by encouraging the student with Special Education is enrolled in regular education. And that Special Education needs information on the importance of inclusion of students with disabilities in regular education. Thus we understand that studies for this purpose must be submitted so that we can disseminate and understand the inclusion and special education process.

Keywords: Special Education, School Inclusion, Students with disabilities

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade analisar uma instituição de educação especial sobre as mudanças ocorridas pela resolução 3600/2011 SEED/PR, quando estas instituições se tornaram parte integrante da Educação Básica. Como parte do estudo participaram da pesquisa 5 professores, estes professores pertencem ao quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e atualmente estão cedidos para a instituição.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa com o delineamento a pesquisa de campo. Foram entrevistados 5 professores que atuam nestas instituições. O critério utilizado para a escolha dos sujeitos foram que os mesmos deveriam estar atuando na Educação Especial antes e depois da resolução 3600/2011 SEED/PR, desta forma conseguimos compreender quais as principais mudanças ocorridas referentes a resolução. Como ferramenta de pesquisa foi escolhida a entrevista semi estruturada, esta entrevista ocorreu dentro da instituição onde cada participantes responde as questões individualmente sem auxilio de qualquer tipo de material. A análise de dados se deu pela análise de conteúdo utilizando da técnica da tematização.

Os objetivos desta pesquisa vem ao encontro da reorganização pela qual a Educação Especial está passando no estado do Paraná. Professores que atuam nesta modalidade em entidades que atendem somente alunos com deficiência estão passando por novas estruturas para estabelecer um objetivo educacional nas suas ações, diante disto o trabalho analisou as mudança no cotidiano escolar referente a resolução 3600/2011 da Secretaria de Educação do estado do Paraná que altera a organização da entidades de educação especial. Os objetivos são: Analisar as opiniões dos professores sobre a inclusão escolar. Verificar o perfil do aluno atendido na Educação Especial. Destacar as principais mudanças ocorridas na Educação Especial apos resolução 3600/2011 SEED/PR. Identificar o posicionamento dos professores de Educação Especial sobre seu trabalho dentro de uma instituição de Educação Especial. Analisar as diferenças existentes entres os professores na instituição de Educação Especial. Para justificar este trabalho inicio descrevendo parte da minha trajetória de vida profissional e pessoal em relação ao tema.

A justificativa pessoal por esta temática se dá principalmente pelas vivências e reflexões que tive e tenho em relação à inclusão de alunos com deficiência, bem como ao processo educacional das instituições especializadas.

Atualmente estou na educação especial como professor de Educação Física e no ensino superior com disciplinas voltadas à inclusão e educação especial. Desta maneira, o interesse pela temática evoluiu durante o tempo referente aos questionamentos dos alunos e pensamentos que tenho sobre a atuação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Desta forma a escolha do tema se deu aos processos modificados durante os anos em relação às instituições especializadas. Estas modificações foram realizadas de maneiras pouco discutidas e tendo como principal alvo alunos e professores que estão inseridos nestas instituições.

Estas instituições consideradas por muitos como segregadoras e sem intuito de educação e sim com objetivos assistencialistas, são o principal ponto de estudo, isso ocorreu devido ao meu trabalho realizado junto aos alunos com deficiência que frequentam os programas oferecidos. Desde que entrei para atuar como professor nestas instituições, sempre tive um papel didático e pedagógico, nunca tive um pensamento assistencialista, mas devido a várias leituras e vivências percebi que um estudo voltado a estes fatores seria de suma importância para um melhor esclarecimento ou até mesmo uma mudança condizente com as necessidades dos alunos.

Diante disso lendo e vivenciando escolas comuns da Educação Básica percebi que na maioria das vezes as instituições deixavam a desejar no que diz respeito à educação de alunos com deficiência. Estes alunos entravam na instituição e por lá permaneciam por anos, sem existir um acompanhamento pedagógico ou uma progressão adequada, sendo assim resolvi indagar gestores e professores sobre este processo e obtive respostas que me deixaram intrigado. Dentre elas, que não havia como avaliar e progredir estes alunos na instituição devido às limitações que apresentavam.

Sabemos que alunos com deficiência tem direito a educação, mas isso não acontecia, digo que algumas turmas tinham um processo pedagógico adequado, mas isso era a minoria. Estes alunos que recebiam algum processo pedagógico eram considerados os menos comprometidos e assim conseguiam desenvolver aspectos pedagógicos instituídos pela entidade. A minha maior inquietação e

angústia era sobre aqueles alunos que não pertenciam a este grupo. Pensando desta forma, na própria Instituição Especializada existia uma exclusão de grupos menos favorecidos, trazendo à tona toda a história que a humanidade excluía pessoas que não faziam parte do padrão estipulado.

Acredito que a instituição especializada tem papel importante na formação do aluno com deficiência, mas necessita de um melhor debate e um melhor estudo. No ano de 2008 o governo do estado do Paraná instituiu uma mudança nestas instituições, transformando as mesmas como parte integrante da educação Básica. Este processo foi realizado de maneira rápida e sem nenhum estudo aparente.

Com esta mudança todas as instituições tiveram que alterar seus modos de atendimento, pensando agora na parte pedagógica, esquecendo sua função assistencialista. Como sabemos toda mudança necessita de adaptação e certezas, mas não foi isso que aconteceu, muito pelo contrário as adaptações não ocorreram e só apareceram incertezas. Diante desta mudança, professores e gestores começaram a receber orientações oriundas da Secretaria de Educação para que as Instituições pudessem fazer parte do sistema da educação Básica. Estas orientações tiraram estes profissionais da zona de conforto e de suas autonomias que possuíam antes deste assunto a ser debatido. Da mesma maneira que as novas orientações chegavam, às mudanças relacionadas a estas orientações vinham logo em seguida, trazendo uma mudança significativa no cotidiano escolar de professores e alunos. Planejamentos educacionais deveriam ser alterados e principalmente a implantação de uma avaliação destes alunos. Tudo isso trouxe perguntas e angústias por parte dos que participavam deste processo.

A partir dos aspectos elencados esta pesquisa tem como questão norteadora o movimento ocorrido nas APAES a partir da Resolução nº 3600 de 2011 do Governo do Estado do Paraná no que se refere à “alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial” e sua repercussão no cotidiano institucional.

A partir destas questões esperamos obter respostas sobre as mudanças ocorridas no cotidiano escolar e assim obter pensamentos e reflexos necessários para estas mudanças.

O trabalho em sua revisão de literatura tem dois capítulos sendo que no primeiro são abordados quatro tópicos. O primeiro descreve a tensão que existe entre a educação inclusiva e a educação especial, o segundo cita as políticas envolvidas na educação especial e entidades especializadas. O terceiro descreve as mudanças ocorridas no estado do Paraná referente a educação especial e, por fim, os embates que geram no processo educação principalmente quando falamos em inclusão de alunos com deficiência no ensino comum.

No capítulo dois temos dois tópicos onde o primeiro fala sobre o cotidiano escolar, mostrando que cada instituição tem sua forma de trabalhar, e sobre o preconceito dentro da escola onde descreve que possíveis diferenças não são entendidas e assim sofrem um certo tipo de preconceito em geral.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

1.1 TENSÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tema educação inclusiva e educação especial vem ocasionando muitas reflexões, algumas relacionadas as angustias e outras as preocupações dos educadores e gestores que trabalham nesse âmbito da educação. Essas reflexões tendem a ser sobre a preparação da escola comum para receber os alunos que possuem algum tipo de deficiência. Sobre esta preparação citamos desde a estrutura que a escola apresenta até a formação dos professores para o atendimento destes alunos. Não podemos deixar de ressaltar que a comunidade escolar, tendo como pertencentes pais e alunos que não possuem deficiência, também deve estar preparada para entender e vivenciar a inclusão escolar.

A educação na perspectiva da inclusão necessita de uma reforma educacional para que assim alunos que possuem algum tipo de deficiência possam frequentar as escolas buscando um aprendizado coerente com as suas necessidades, atingindo assim os objetivos educacionais propostos. Esta reforma modifica toda a estrutura da escola, adaptando os métodos didáticos pedagógicos utilizados no cotidiano escolar.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui um currículo coerente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (MITTLER, 2008, p. 25).

Todas essas adaptações e mudanças trazem dúvidas e inquietações sobre tornar uma escola totalmente inclusiva. A reforma educacional que é exigida quando se encontra em processo de inclusão faz com que a escola e seus participantes diretos (funcionários, professores, alunos e comunidade) sintam

incertezas nesse processo. Estas mudanças e adaptações são indispensáveis e exigem um estudo detalhado de cada ação a ser tomada.

Mendes (2006) aponta o princípio da normalização, o qual teve origem nos países escandinavos, o mesmo orientava que as pessoas que tivessem algum tipo de deficiência deveriam participar de qualquer atividade oferecida, para que assim pudessem experimentar situações de normalidade vividas por outras pessoas.

Tal proposta trouxe o desenvolvimento de vários tipos de ações que visavam a integrar essa população na comunidade, com a finalidade de usar meios normativos para promover e/ou manter características, experiências e comportamentos pessoais tão normais quanto possíveis. A definição focalizava a atenção sobre dois aspectos: o que o serviço almejava para seus usuários (comportamentos, experiências e características) e com quais meios isso seria atingido (MENDES, 2006, p. 3).

Este princípio citado pelo referido autor demonstra que as mudanças que ocorrem no sistema educacional acompanham a normalização, isto é, normalizar o atendimento, padronizar as ações, incluindo todos os alunos para que assim pudessem participar das atividades comuns da sociedade.. Acreditamos que o processo de inclusão no contexto escolar deve ser para todos, pois tanto alunos com deficiência ou não estarão convivendo no cotidiano escolar, mas sabemos que isso não acontece devido as várias adaptações que a comunidade escolar deve passar.

A Educação Especial tem sido discutida em âmbito nacional, a fim de que possam ser buscadas ferramentas e maneiras para que a mesma possa ser entendida como um processo educacional e não assistencialista para que ela faça parte da Educação Básica por meio de práticas pedagógicas que incluam todos os alunos. Saviani (2009) diz que a educação especial tem seu espaço na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/1996, a qual faz parte do plano Nacional de Educação, no entanto no que diz a respeito de formação de professores, esta temática fica em aberto, desta forma as adaptações necessárias para que a inclusão faça parte da Educação Básica se torna falha, pois um dos principais envolvidos que seria o professor não tem formação específica para o atendimento de alunos com deficiência.

A partir da década de 1990 a inclusão tomou conta do sistema educacional dos países em desenvolvimento em relação a Educação Básica. Reformas foram realizadas em todo o sistema, como currículos, formação de professores e estruturas começou a ganhar espaço em toda a sociedade e este tema começou a ser debatido em grande escala. Estas mudanças vieram de encontro com o que a inclusão necessitava, assim este processo poderia ocorrer de forma natural e os alunos com deficiência participariam de uma sociedade igualitária no que diz respeito à educação (FLAGLIARI, 2012).

A sociedade tem suas diferenças que se expressam de várias formas em cada situação. A educação é um setor onde nota-se que as diferenças existem e estão por toda parte. Alunos aprendem, entendem, compreendem e se expressam de forma diferente. Desta maneira este campo necessita de mudanças para poder atender a todas as individualidades.

Estas individualidades fazem com que existam separações na escola, pois aquele que se enquadra em certo grupo está incluso, já aquele que não se enquadra está fora. Nesse sentido, Santos (1999) descreve sobre desigualdade e exclusão. Estes termos fazem parte da era moderna com o princípio emancipatório. Aqueles que são desiguais, diferente da normalidade imposta pelo grupo fazem parte do processo e tem sua função hierárquica abaixo da média, já os excluídos são aqueles que não fazem parte de nenhum grupo e desta maneira estão excluídos do processo. Com este pensamento entendemos que os desiguais que frequentam a escola comum estão lá, mas estão sendo atendidos de forma diferente dos demais sendo considerados inferiores a média. Já os excluídos não se enquadram no processo educacional comum e acabam indo para a Educação Especial.

A educação especial que foi sempre considerada segregada ou excludente necessita de mudanças para que assim a inclusão ocorra de forma que acolha as necessidades de todos os alunos. Estas mudanças devem ocorrer tanto de forma organizacional como em relação à uma prática pedagógica diferenciada. Todavia, o que se observa é que:

[...] as pessoas ou o grupo de pessoas consideradas portadoras de problemas ou que se destacam sensivelmente do que está socialmente estabelecido como normal são alvo de retrocessos que resultam na

criação de mecanismos de correção de suas diferenças (BIANCHETTI; FREIRE, 2010, p. 114).

Este grupo é considerado desigual e excluído em qualquer aspecto da sociedade, a desigualdade entende-se como um processo sócio econômico e a exclusão como um processo sócio cultural.

Se a desigualdade é um fenômeno sócio econômico a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atrai para outro lugar a heterotopia, todos os grupos sociais são atingidos pelo interdito social [...] (SANTOS, 1999, p. 3).

A escola hoje deve atender qualquer tipo de aluno, com deficiência ou não. Alunos considerados excluídos ou inferiores aos demais devem receber uma educação igualitária. Para que isto aconteça o processo educacional deve ser modificado.

Toda a mudança necessária vem ocorrendo de forma que estes participantes, tanto professores como gestores, tenham um pensamento de medo ao diferente, isto acaba sendo natural, pois o padrão educacional instituído há vários anos não atende as necessidades dos alunos que dependem de uma organização escolar diferenciada.

As transformações necessárias para se buscar a inclusão escolar com eficiência são inúmeras, as quais poderão contribuir de forma incisiva no processo educacional de todos os alunos. Cabe à escola entender estas mudanças e realizá-las de forma objetiva e satisfatória.

A transformação da escola implica em mudanças de vários aspectos, como edificação, mobiliário, recursos didático-pedagógicos, acervo de laboratórios e bibliotecas, currículo e principalmente a mentalidade de toda a comunidade escolar e das famílias de alunos. O meio social representado por diferentes segmentos se constitui em um dos fatores mais decisivos para a construção da educação inclusiva (OMOTE; OLIVEIRA; BALEOTI; MARTINS, 2005, p. 01).

Nesse processo de transformação da escola os professores tem papel de suma importância para a inclusão dos alunos que possuem algum tipo de deficiência. Na formação inicial do professor não houve capacitação para este

novo tipo de situação e esta preparação não se diz apenas sobre as peculiaridades dos alunos e sim nas mudanças das práticas de ensino que os mesmos devem exercer. A inclusão destes alunos apenas de forma administrativa não assegura um ensino de qualidade para que os mesmos possam usufruir de um desenvolvimento educacional que atenda as suas especificidades (OMOTE, *et al.*, 2005).

Este mesmo autor cita que os participantes da inclusão sendo eles toda a comunidade escolar necessitam de atitudes sociais neste processo. Estas atitudes tem como significado os métodos adotados em face da inclusão escolar onde devem entender as necessidades que os educandos possam exigir em sala de aula. Para que isso aconteça todas as necessidades do alunos devem ser entendidas para assim modificar o processo educacional

Outro ponto a ser lembrado a exequibilidade da inclusão escolar. É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares no Brasil e no exterior, que aceitaram o desafio de se tornar verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas teorias educacionais pós-modernas, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário da educação neste início de século (MANTOAN, 2003, p.03).

Algumas variáveis tendem a dificultar o processo de inclusão como a formação, o tempo de docência, idade, tipo de deficiência, etc. Estas variáveis foram apontadas em estudos como os de Artioli (1999) que afirma que os professores tem uma preferência em atender alunos que possuem uma deficiência física do que uma deficiência sensorial.

Desta maneira podemos notar que a inclusão tende a passar por processos que podem ser diferentes daqueles já estudados. A escolha de um professor para atender determinado aluno foge do princípio que temos da educação para todos, talvez esta tendência tenha haver com a formação deste docente.

Almejar uma escola inclusiva significa busca constante de coerência no relacionamento entre questões particulares e gerais, entre o indivíduo e a coletividade, entre os componentes curriculares e a escola, enfim, a fim de que se potencialize a ampliação do espaço de participação social de uma parcela da população sumária e indevidamente excluída do nosso sistema de ensino. O relacionamento entre as características da pessoa, o ambiente físico-social e as tarefas que lhe são propostas não

pode ser ignorado quando da implementação de programas escolares, sejam eles direcionados para pessoas portadoras ou não de deficiência (CRUZ, 2005, p.170).

As diferenças dos alunos se fazem presentes na escola, ninguém aprende de uma forma igual. Cada indivíduo necessita de particularidades para que haja um aproveitamento do processo educacional. Esta individualidade é chamada de Necessidade Educativa Especial (NEEs). Se pessoas que não possuem deficiência já necessitam de formas diferenciadas de ensino, podemos afirmar que alunos com deficiência necessitam ainda mais de adaptações.

A literatura internacional aponta que a proporção 2% a 20% da população escolar teria necessidades educacionais especiais (NEEs), sendo esta variação dependente do conceito de NEEs adotado. A parcela é mais restrita quando a definição é exclusivamente baseada em critérios médicos, e mais ampla, quando adotados critérios essencialmente educacionais. No caso do Brasil, a definição tem privilegiado critérios educacionais, e considerando que o Censo Escolar de 2010 apontou que o Brasil tem 51,5 milhões de estudantes matriculados na educação básica (pública e privada) podemos estimar haver entre 5 a 10 milhões de crianças e jovens em idade escolar com NEEs. Entretanto, em 2010, o INEP/MEC verificou apenas cerca de 700 mil matrículas nos diferentes níveis de ensino na educação especial. Portanto, a significativa maioria desses alunos ou encontra-se fora de qualquer tipo de escola, ou então não tem sido identificada pelos sistemas educacionais (PETIÇÃO, 2011a).

Notamos uma grande parcela de alunos considerados diferentes e que necessitam de atendimentos diferenciados nas escolas. Cabe àqueles que trabalham diretamente com este grupo atender as necessidades destes alunos entendendo que o diferente está presente e faz parte da nossa sociedade de forma natural

A designação desses tipos de diferenças resulta na aplicação, por outras pessoas, de regras ou sanções ao diferente; não é uma qualidade do ato em si mesmo. A visão estanque e fragmentada do comportamento humano, que faz da realidade individual algo independente da sociedade e da cultura, acaba por se tornar uma concepção em que a diferença é percebida como algo inato, produto da natureza e não como produto da atividade dos homens, perdendo-se de vista, pela consciência individual e coletiva, a dialética entre produto e produtor (BIANCHETTI; FREIRE, 2010, p. 114).

A inclusão de alunos que possuem algum tipo de deficiência na Educação Básica é regida por leis. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

nº 9394/1996 no seu Artigo nº 58 cita que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino recebendo um atendimento diferenciado quando o educando necessitar, se esta inclusão não for possível o mesmo devera frequentar classes especiais ou instituições que atendam as suas necessidades, isso acontece quando o aluno não pode frequentar uma classe de ensino comum.

Sobre estas orientações podemos dizer que se as mesmas forem seguidas a educação poderá se tornar mais democrática, mas todo este processo necessita de uma participação efetiva de vários setores educacionais. O processo de não inclusão de alunos com deficiência no ensino comum tende a haver um retrocesso educacional, desta maneira voltamos à antiguidade onde pessoas com deficiência eram excluídas e não participavam efetivamente da sociedade, aqueles alunos que não fazem parte do comum, tendem a serem excluídos dos processos educacionais.

Um documento norteador para todos sobre a inclusão escolar é a Declaração de Salamanca, promulgada em 1994 em uma Conferência organizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura na Espanha. O referido documento descreve o direito das pessoas com deficiência, e também se torna uma proposta de ação para que a exclusão deste grupo não aconteça. O principal objetivo da Declaração de Salamanca (1994) é garantir que alunos que possuem qualquer tipo de deficiência ou algum tipo de necessidade educativa especial participem das atividades educacionais e principalmente tenham seu desenvolvimento garantido nas classes de ensino comum. Sampaio (2009) cita que este documento buscou entender as características individuais de cada aluno para que assim pudessem garantir uma educação igualitária. Nesse sentido, a inclusão estaria acontecendo de forma que o aluno com deficiência pudesse participar de todo o processo educacional oferecido pela escola.

O documento final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida na Espanha, propõe implementar, nos sistemas educacionais, programas que levem em conta as características individuais e as necessidades de cada aluno, de modo a garantir educação de boa qualidade para todos. Salienta também o mérito da escola inclusiva de tentar mudar as atitudes de discriminação, criando comunidades mais acolhedoras (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 30).

Todos os educandos principalmente nas idades iniciais apresentam algum tipo de necessidade educativa especial, esta necessidade pode ser permanente ou não, isso acontece decorrente de vários fatores. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2008)

Este termo Necessidades Educativas Especiais surgiu para atender a alunos que não possuíam nenhum tipo de deficiência, mas necessitavam de um atendimento diferenciado daquele ofertado na Educação Básica.

No Brasil o documento que altera e modificam os modelos do documento elaborado em 2008, denominado Convenção das Pessoas com Deficiência, este documento ratifica a participação das pessoas com deficiência em todas os setores da sociedade inclusive na educação onde o governo se compromete a oferecer uma educação inclusiva que atenda todos os alunos desde os anos iniciais até o ensino superior.

A inclusão é de maneira resumida um modo onde às pessoas podem conviver sem nenhum tipo de discriminação e poder receber todos os atendimentos e benefícios oferecidos pela sociedade. Pessoas com deficiência devem fazer parte da sociedade sem nenhum tipo de discriminação. Todo serviço ofertado as pessoas deve atender a todos sem nenhuma exceção, desta forma a educação deve ser oferecida sem nenhum tipo de ônus as alunos que possuem algum tipo de deficiência.

A escola tem papel fundamental neste processo principalmente nos primeiros anos de escolaridade, pois oferece ao aluno o primeiro contato social com o mundo fora da sua família, tem o papel de desenvolver este aluno tanto de forma psíquica como de forma educacional. Desta maneira a organização da escola para atender a todos necessita de praticas pedagógicas diferenciadas sobre a educação. Estas práticas devem atender as necessidades de todos aqueles que frequentam a escola, tanto alunos que possuem algum tipo de deficiência como aqueles que não possuem.

1.2 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS MANIFESTOS: DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS À(S) COMUNIDADE(S) ACADÊMICA(S)

Por muito tempo os alunos que possuíam algum tipo de deficiência eram atendidos por escolas especializadas pois não se enquadravam nos métodos educacionais formais e rígidos. Desta forma, várias instituições especializadas foram criadas para que alunos com deficiência pudessem receber algum tipo de educação.

Este processo educacional permaneceu por vários anos sem que houvesse pesquisas relacionadas ao impacto que estaria gerando. Após alguns estudos (STAINBACK; STAINBACK, 1999; ARANHA, 2000; MENDES, 2002; JANNUZZI, 2004) constatou-se a necessidade de que estes alunos deveriam frequentar as escolas de ensino regular e que o modelo da educação especial necessitava de uma reformulação.

A Declaração de Salamanca (1994) orienta que escolas comuns de ensino devem atender qualquer tipo de aluno, não importando o tipo de deficiência e que estas escolas deveriam se adaptar ao novo modelo educacional inclusivo. Esta participação de alunos com deficiência nas escolas comuns de ensino gerou uma grande mudança no planejamento pedagógico escolar, o qual passou a necessitar de alterações relevantes no processo educacional (BRASIL, 2007).

Em 1994 publica-se a Política Nacional de Educação Especial, onde o objetivo principal foi garantir a todos os alunos que possuem algum tipo de deficiência os direitos educacionais. A denominação destes alunos primeiramente era excepcional, mais tarde passou a ser portadores de necessidades especiais.

Esta política teve como embasamento a Constituição Federal e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996, que cita que o aluno que possui algum tipo de deficiência deve ser atendido preferencialmente na rede regular de ensino. Desta maneira aqueles que não tivessem condições de frequentar uma escola comum seriam atendidos em instituições especializadas.

Neste processo de mudanças pela primeira vez no Brasil, uma Lei foi indicada pelo poder legislativo, antes isto só ocorrera no poder executivo. Esta lei veio para regulamentar a educação especial no país, a nova LDB nº 9394/1996 transforma a educação especial como modalidade de ensino cuja

responsabilidade passa a ser dos Estados. Desta forma, os alunos que tivessem algum tipo de deficiência poderiam ser atendidos em escolas comuns em modalidades específicas de ensino. Mesmo este atendimento sendo oferecido na escola comum, a LDB nº 9394/1996 também traz uma manutenção das instituições especiais que já efetuavam um atendimento pedagógico aos alunos com deficiência.

Destacamos também a inclusão da educação especial nas modalidades de ensino, desde a Educação Infantil até a Educação Superior, que assim passou a ser exigido professores capacitados para atender estes alunos em todo o processo. Dessa forma, a educação especial principalmente a inclusão começa a ganhar força frente às dificuldades que enfrentava no passado. Esta força é ganha pelo menos em termos legais. (BRASIL, 2006)

A Convenção de Guatemala realizada em 1999, teve como objetivo eliminar todas as formas de discriminação às pessoas com deficiência, a mesma foi implantada no Brasil por meio do Decreto nº 3.956, assim a inclusão escolar que não fosse efetuada poderia ser classificada como crime de discriminação. A partir do Decreto nº 3.956 todo aluno que requeresse uma matrícula na rede regular de ensino deveria ser atendido de maneira que não sofresse nenhuma perda em seu desenvolvimento.

O Plano Nacional de Educação instituído no ciclo de 2001 a 2010 traçou novas metas para a Educação Brasileira incluindo a educação especial. Especificamente falando sobre educação especial este plano trouxe algumas contradições quando se referia à inclusão escolar. O Plano Nacional de Educação dava apoio e concordava com um aumento das instituições especializadas de ensino, desta forma aqueles alunos que não fossem atendidos na escola regular continuariam a frequentar as instituições especiais. Isso vai contra as políticas de inclusão, a qual cita que a escola deve atender todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação

Neste mesmo ano Secretarias Municipais e Estaduais foram orientadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 2/2001 a criarem secretarias específicas para o atendimento de alunos com necessidades especiais para que acompanhasse todo o processo de inclusão. Estas secretarias também eram responsáveis em acompanhar a educação especial desde as escolas comuns até a rede especial. As instituições especiais faziam parte de

uma apoio educacional e também às vezes como substituição das escolas comuns (BRASIL, 2001).

No ano de 2015 foi implantada a Lei nº 13.146 que no seu capítulo referente a educação altera e também destaca fatores sobre a inclusão e o atendimento das pessoas com deficiência. A referida Lei assegura que a pessoa com deficiência tem direito a educação em todos os níveis, e que é dever da família, comunidade escolar e estado oferecer esta educação de qualidade a todos estes alunos. A Lei também cita as mudanças que devem ser feitas quando um aluno é incluído, destacando os planejamentos, a oferta de educação diferenciada e o atendimento especializado com professores de apoio, a participação da família do aluno com deficiência em todas as situações escolares e a acessibilidade a todos os alunos que necessitam. Esta Lei dita novas regras e também altera aquelas que já existiam, permitindo assim uma inclusão educacional de qualidade.

1.3 MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARANAENSE

A autonomia do Estado do Paraná em relação à educação especial aconteceu devido a um apelo dos gestores das instituições especializadas que entendiam que as escolas de educação especial tem um papel importante na educação de alunos com deficiência principalmente em relação a deficiência intelectual. Pensando neste processo pode se dizer que houve um retrocesso no assunto debatido amplamente em vários setores que é a inclusão escolar. Agindo desta maneira voltamos ao tempo onde instituições eram criadas para atender alunos que não faziam parte da normalidade educacional.

Estudos de Januzzi (2004) e Mazzota (1996) mostram que a criação de instituições especializadas foi a primeira iniciativa feita para o atendimento de pessoas com deficiência. Este processo sofre muitas críticas, pois o mesmo vai contra as políticas de inclusão escolar. Talvez isso aconteça devido ao termo utilizado na LDB nº 9394/1996 que cita que o atendimento deve ser preferencialmente na rede regular de ensino. A palavra preferencialmente não obriga alunos com deficiência a serem atendidos na educação básica dando margem as matrículas em instituições especializadas.

A história da humanidade nos mostra uma espécie de exclusão quando falamos de pessoas que não se enquadram num certo padrão considerado normal. Pessoas com deficiência são excluídas e marginalizadas em todos os aspectos principalmente no âmbito da educação.

Até o século XVII a deficiência era explicada pelo misticismo, isso demonstra a falta de conhecimento de causa na época. O medo pelo desconhecido trazia várias explicações para o assunto. Como os padrões não eram aqueles estabelecidos socialmente, estas explicações vinham para de certa forma confortar as dúvidas que surgissem (MAZZOTTA, 1996).

Durante séculos as pessoas com deficiência permaneciam isoladas, controlados pela igreja, asilos, albergues e instituições filantrópicas. Atendimentos educacionais só aconteceram graças aos médicos Itard e Seguin, que foram os pioneiros em oferecer situações pedagógicas às pessoas com deficiência. Desta maneira a partir do século XX começam a surgir às primeiras escolas especiais (D'ANTINO, 1998).

Com esta exclusão algumas práticas foram adotadas para que estas pessoas pudessem receber algum tipo de atendimento. Este atendimento nem sempre foi considerado eficaz ou um processo onde o desenvolvimento educacional fosse pleno e significativo. A segregação está embutida neste processo, instituições foram criadas num sentido assistencialista para o atendimento destes grupos marginalizados e excluídos. D'Antino (1988) cita que a maior parte das instituições criadas era para atender esta fatia que a educação comum não conseguia, pois se organizaram e criaram estas instituições no intuito de oferecer um atendimento considerado diferenciado para seus filhos. Este atendimento nem sempre tinha como objetivo principal a educação, mas sim um local onde o assistencialismo era o mais importante.

A Educação Especial não tinha como ponto principal o desenvolvimento pedagógico, mas sim um local onde as pessoas com deficiência pudessem exercer algum tipo de atividade

Seu currículo priorizava a "instrução básica" com o ensino das letras e noções da aritmética, mas destacava-se o trabalho manual para o treinamento industrial. O espaço híbrido das instituições *asilos-escola-oficina* produzia mão-de-obra barata para um processo ainda incipiente de produção industrial e reservava, aos cegos e surdos, um trabalho

desqualificado em troca de um arremedo de salário ou um prato de comida (PARANÁ, 2006. p.19).

A história da educação especial nos mostra uma marginalização deste grupo que era atendido de acordo com uma concepção assistencialista, esse fator acontecia devido às baixas expectativas educacionais que se tinha em relação aos alunos com deficiência. Classificações e rótulos só aumentavam a exclusão destes alunos perante a sociedade. No início da humanidade a exclusão de pessoas que não faziam parte de um padrão imposto pela sociedade marginalizava aqueles que possuíam certa deficiência, esta exclusão fez com estas pessoas vivessem de uma forma distante do convívio com os demais.

Esta prática eram executada em diversas culturas, Sasaki (2003) cita que a exclusão social destas pessoas acontecia pela situação atípica que as mesmas se encontravam. Por isso foram criadas instituições para que existisse uma espécie de inclusão social, mesmo sendo este atendimento segregado. A marginalização destas pessoas é citada por Mazzota (1982) como sendo a ausência de qualquer tipo de atendimento dentro da sociedade. Este atendimento refere-se tanto de forma social quanto de forma educacional. Mesmo assim estas pessoas recebiam algum tipo de atendimento sendo ele filantrópico e assistencialista. Com isso houve uma necessidade da criação de instituições que ofertassem estes atendimentos.

A grande maioria das instituições particulares, destinadas ao atendimento do educando com deficiência mental, nasce da constatação que a área da Educação Especial ocupou sempre um restrito espaço no seio das preocupações governamentais. Este espaço, então ao ficar aberto, foi, e tem sido ocupado por associações formadas e dirigidas por leigos (pais), o que parece lhes imprimir características peculiares, tanto o tocante à sua estrutura organizacional como o seu funcionamento (D'ANTINO, 1988, p. 13).

A história da educação especial no Brasil surge no ano de 1854 quando o imperador D. Pedro II cria o Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 no Rio de Janeiro surge também o Instituto dos Surdos-Mudos.

No ano de 1874 aparece uma instituição para atendimento de deficientes intelectuais o Hospital Estadual de Salvador na Bahia e em 1887 a Escola México no Rio de Janeiro. Apenas no ano de 1911 foram criadas instituições que ofertavam apoio educacional e assistencial ao deficiente intelectual, criando

classes especiais e preocupando-se com a formação de professores para efetuar este atendimento (JANUZZI, 1985).

Mesmo ocorrendo todas as criações destas instituições e preocupações no atendimento das pessoas com deficiência o mesmo acontecia de forma assistencialista, não havia um pensamento educacional. O maior objetivo era ofertar uma espécie de treinamento para que estes indivíduos pudessem viver de forma independente.

A partir de campanhas realizadas nacionalmente como a Educação do Surdo Brasileiro (1957), Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão (1958) e Campanha Nacional para a Reabilitação dos Deficientes Mentais (1960) o interesse público na educação das pessoas com deficiência começou a ser alterado e repensado.

Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais” (MANTOAN, 2001, p. 01).

No ano de 1970 o governo começou a se organizar para a administração destes processos educacionais, sendo que em 1973 foi criado o primeiro órgão público federal que tinha como objetivo gerenciar a educação especial no país, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Este órgão tinha como finalidade organizar, regulamentar e gerenciar os atendimentos as pessoas com deficiência. Segundo Januzzi (1997) este processo foi fundamental para alterar o atendimento as pessoas com deficiência, isso modificou os pensamentos de como poderia acontecer este processo e modificou drasticamente os pensamentos voltados a educação especial. Desta maneira os objetivos passados que eram de filantropia e assistencialismo começam a ser esquecidos e assim o desenvolvimento educacional começa a ser discutido.

Este órgão oferecia assistência e subsídios aos estados e municípios no que diz respeito à educação especial, no ano de 1986 o CENESP foi substituído pela Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa com Deficiência (CORDE).

A Secretaria de Educação Especial (SEESP) aparece no ano de 1992 sendo gerenciada pela Secretaria da Educação Básica. Mesmo com todas estas mudanças as instituições especiais filantrópicas tem um grande poder no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência. Vale a pena ressaltar a implementação de classes especiais no espaço regular de ensino, estas classes tinham como finalidade atender alunos com deficiência em escolas comuns, mas em classes separadas e com um atendimento educacional diferenciado. Estudos de Omote, 2000 e Lacono, 2006 mostram que este tipo de estratégia não funcionou.

O pedido dos gestores no Paraná sobre a regularização das escolas especiais iniciando com o parecer 108/10 CEE/CEB:

Autorização para alteração de denominação das escolas de educação especial como Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, na área da Deficiência Intelectual, com oferta de educação escolar nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, em conformidade com o que dispõe o art. no 21 da LDB 9394/96 (PARANÁ, 2010, p.34).

Este pedido além da alteração da nomenclatura da instituição, cria programas que não existiam dentro da escola. Desta forma o processo educacional poderia seguir como acontece no ensino comum, atendendo os alunos em seus respectivos programas.

Este pedido teve como autor a Federação Estadual das APAES do Estado do Paraná – FEAPAES/PR, e justificou o pedido da seguinte forma:

Apesar de as Escolas de Educação Especial estarem em consonância com o que determinam os atos, de ordem legal e administrativa, exigidos pelo Sistema Estadual de Ensino para sua legitimação, a exemplo do que ocorre com as escolas do ensino comum, oficialmente não são configuradas na categoria de estabelecimento de ensino que oferta educação escolar (PARANÁ, 2010, p.43).

A descrição acima afirma que as instituições estão atendendo todos os requisitos pedidos pela secretaria de educação mas mesmo assim não são consideradas estabelecimentos de ensino. A Secretaria de educação se manifestou a favor destas escolas afirmando que todas passaram por um

processo de organização escolar, criando e reorganizando Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos Escolares e demais documentos que fazem parte de uma organização escolar:

[...] as Escolas de Educação Especial conveniadas com a Secretaria de Estado da Educação já integram a Lei do Sistema Estadual de Educação, uma vez que as mesmas são autorizadas pela SEED. O quadro docente dessas escolas é composto por 4.432 professores concursados do Estado e também das Prefeituras Municipais; a partir de 2003 as mesmas estão inseridas no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE. À exemplo das escolas do ensino regular, sob orientação dessa SEED foram construídos e revistos documentos como: Projeto Político Pedagógico – PPP, Regimento Escolar – RE, Proposta Pedagógica Curricular - PPC e Plano de Trabalho Docente – PTD. Sendo também obrigatório o registro de evolução pedagógica do educando, que apresenta um sistema diferenciado de avaliação. (PARANÁ, 2009, p.91)

Assim estas instituições afirmam que as mesmas estão organizadas e fazem parte de um processo educacional organizado não sendo mais instituições de cunho assistencialista como sempre foram designadas. As instituições especiais trazem na sua história um papel extremamente assistencialista (D'ANTINO, 1998). Estas instituições foram criadas por leigos que naquele momento não compreendiam que seus filhos poderiam ser educados em escolas do ensino comum. As instituições tinham por finalidade atender e “cuidar” destes alunos esquecendo que a educação deveria ser o objetivo principal. Magalhães (2002) cita que foram criados mais de cinquenta estabelecimentos que atendiam pessoas consideradas deficientes, estas criações partiram de iniciativas privadas, o poder público não participava deste processo deixando que o mesmo ocorresse de forma em que a sociedade participasse nesta criação. Hoje em dia o mesmo processo ocorre, o poder público ignora este fato, e novas instituições vão sendo criadas para o atendimento de alunos com deficiência.

O atendimento de alunos com deficiência em instituições especializadas vai contra ao que entendemos de inclusão escolar. Grupos excluídos na educação formal vão sendo acumulados nestas instituições onde passam geralmente a vida inteira frequentando os estabelecimentos. Sabemos que um processo em que segrega certo grupo não corresponde a um aprendizado de qualidade. A diversidade na educação está presente no dia a dia e ela contribui para que o aluno obtenha um processo diferenciado na sua educação. A

segregação nestas instituições acontece devido há um fator predominante na educação básica que é a inclusão escolar. Escolas do ensino comum não estão preparadas para atender alunos que possuem algum tipo de anormalidade. Digo anormalidade devido a não fazer parte do normal ou media estipulada, como cita o mito de Procrusto. Se pensarmos desta maneira a segregação tende a crescer tendo assim mais instituições com este cunho assistencialista.

Atualmente destas instituições ainda existem e estão em pleno funcionamento. O poder público muda sua visão sobre elas acreditando que este atendimento pode ser realizado nas escolas da educação básica. Para isso são lançadas regulamentações, estratégias e metas para que isso aconteça.

No Brasil a regulamentação mais recente é o Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020 (BRASIL, 2014), este documento modifica a educação especial fazendo com que a mesma passe por todos os processos educacionais da Educação Infantil ao Ensino Superior, realização de atendimento educacional especializado (AEE), e orienta alunos e professores sobre a educação especial na classes comuns. O PNE considera alunos da educação especial àqueles que possuem algum tipo de deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades. Todas as orientações e regulamentação feitas pelo PNE orientam os alunos com necessidades educativas especiais a frequentarem escola do ensino comum.

1.4 CONTRADIÇÕES/EMBATES

No Brasil a inclusão escolar vem sendo debatida de várias formas, existem grupos favoráveis à inclusão total e também grupos que defendem um melhor estudo do impacto que a inclusão pode exercer dentro da comunidade escolar. (FERREIRA, 2005). Neste pensamento vale ressaltar dois manifestos que tivemos, um deles é o manifesto pela revisão da Política Nacional de Educação Inclusiva que defende, em contra partida existe o Manifesto ao Manifesto da revisão da Política Nacional de Educação inclusiva que rebate os itens do primeiro documento. Serão apresentados os principais pontos deste embate.

A primeira discussão cita que o governo não abre para debate a inclusão do aluno com deficiência. Que o mesmo preza pela inclusão total não discutindo com os grupos participantes de como isto poderia acontecer sem afetar a

estrutura escolar envolvida. O documento contraditório descreve que as políticas de inclusão não são criadas a partir de debates, elas seguem a linha dos documentos internacionais, especialmente quando se trata de pessoa com deficiência. Que não existe como uma política ser consensual haja vista que afeta um grande numero de pessoas. Por fim, discute-se que a inclusão deve ser total, pois pensar que vamos incluir um aluno de forma diferente estaremos alterando o processo.

Continuando o manifesto cita o número de matrículas, a quantidade de alunos que possuem algum tipo de necessidade educativa especial e a variação de números de matrículas de alunos inclusos no período de 2007 a 2010. Foi rebatido pelo outro documento informando que os dados utilizados são antigos e que novos números devem ser pesquisados para que se obtenham porcentagens da atualidade. As variações sobre as matrículas podem acontecer por diversos motivos e isto também necessita de um estudo.

Dando sequência, a discussão acontece pela ausência do Ministério de Educação e Cultura - MEC em regulamentar instrumentos e planejamentos diferenciados no processo de inclusão. Estas mudanças são individuais e respeitam a particularidade de toda a comunidade escolar. Não podemos normalizar todas e sim incentivar a mudança que atenda cada realidade.

Por fim o embate se dá pelo Plano Nacional de Educação, citando a meta 4. O primeiro manifesto cita que deveria haver mudanças na meta 4, já o outro comenta que o grande problema não é somente a meta 4 e sim todo o Plano Nacional de Educação.

A meta 4 no Plano Nacional de Educação é voltado à educação especial, nela consta as regulamentação e as orientações impostas pelo MEC. Vale a pena ressaltar os dados de matrículas ocorridos em anos anteriores. No ano de 1998 dos 337,3 mil alunos da educação especial apenas 13% estavam matriculados na escola do ensino comum. Em 2010 dos 702,6 mil alunos na mesma condição 69% frequentam escolas comuns de ensino. As instituições especiais e classes especiais tinham 87% das matrículas destes alunos no ano de 1998 no ano de 2010 houve uma queda para 31%. No ano de 2014 houve 900 mil matrículas e 79% nas classes comuns de ensino. Estes dados demonstram que a inclusão escolar de alunos com deficiência neste período obteve uma mudança significativa. Esta mudança ocorreu devido ao lançamento do Plano Nacional de

Direitos da pessoa com deficiência que é um avanço no que diz respeito à inclusão escolar.

A meta 4 do PNE tem como principal objetivo universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Isto demonstra uma preocupação diferenciada do poder público como citado anteriormente. Agora alunos com deficiência devem ser atendidos por instituição da educação básica e não mais em instituições especializadas.

No Estado do Paraná o caminho percorrido foi o inverso, a Resolução nº 3600/2011 da Secretaria Estadual de Educação modifica as escolas especiais como pertencentes à educação básica. Desta maneira a denominação destas instituições passa a ser escolas da educação básica na modalidade de educação especial. Este processo faz com alunos com deficiência possam ser matriculados em instituições filantrópicas e estas oferecem um atendimento educacional com terminalidade. Todo este processo foi realizado de uma maneira diferenciada, pois não houve debates e nem pesquisas relacionadas com o tema.

Hoje estas instituições tentam educar estes alunos como escolares normais como fazem com os alunos sem deficiência. O processo caminha a passos curtos não havendo um consenso de como será feita esta educação e nem de como serão avaliados estes alunos.

CAPÍTULO 2

O COTIDIANO DE UMA ESCOLA ESPECIAL

2.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO COTIDIANO

A educação escolar e o desenvolvimento educacional estão totalmente ligados a vida cotidiana, tanto ela dentro da escola como fora dela. Para entendermos melhor o que é cotidiano, nos apoiamos nos estudos de Heller (1992) ao mencionar que se trata de um conjunto de atividades que caracterizam a reprodução do indivíduo. Esta reprodução se dá como reprodução própria e reprodução da sociedade. As atividades voltadas para a reprodução do indivíduo são consideradas como vida cotidiana e aquelas que têm como referência a reprodução da sociedade são consideradas não cotidianas. As duas estão interligadas, mas se distinguem, esta distinção se dá quando pensamos na reprodução dos indivíduos podemos interligar isso com as reproduções dos animais, mas como ser humano apenas reproduzir não é o bastante, há uma necessidade em desenvolver laços sociais tendo assim um desenvolvimento social do indivíduo.

Carvalho (2007) descreve a vida cotidiana como a realização dos mesmos gestos e ritmos de todos os dias. Todas as suas ações que acontecem desde o despertar até o adormecer. É muito raro que este tipo de vida não interfira na vida das pessoas. Esta vida cotidiana representa a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer situação ou época.

Souza (2007) descreve que o cotidiano refere-se a todas as ações efetuadas dentro da escola, desde a chegada de professores e alunos em um determinado horário até a infraestrutura da escola como quadros, carteiras e cadeiras.

Desta forma o cotidiano escolar acompanha as ações que professores e alunos executam dentro de uma escola, estas ações estão programadas para serem realizadas diariamente, havendo algum tipo de interrupção ou mudança um certo desconforto é trazido as pessoas que participam deste cotidiano.

Sendo assim, dentro do cotidiano escolar, podemos perceber as práticas pedagógicas, os alunos, o caos e a ordem, as práticas de avaliações, o movimento de inclusão, enfim todas as coisas que acontecem e/ou deixam de acontecer como frutos da configuração/ da obra/ do jogo/ daquilo que é vivido e concebido pelos atores sociais daquele grupo (SOUZA, 2007, p. 31).

Historicamente quando os homens pouco se diferenciavam dos animais, onde a luta pela vida se dava pela caça e trabalho, tendo uma vida primitiva a reprodução social praticamente era inexistente. Com a chegada do trabalho isso mudou transformando as pessoas em seres que se reproduziam tanto de forma individual como em sociedade.

A vida cotidiana é a vida de todo o homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu ponto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrario, não há nenhum homem por mais insubstancial que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 1992, p. 17).

O homem na sua vida cotidiana participa em todos os seus aspectos de sua individualidade e personalidade. Nela todos os seus sentidos estão em pleno funcionamento. Sua idéias para diferentes situações, a capacidade de reflexões sobre diversos assuntos, a paixão atribuída em situações e posicionamentos, mas ele não consegue viver todos os seus aspectos numa totalidade ou intensidade.

A vida cotidiana se organiza na forma em que o homem tem sua organização do trabalho e de sua vida, seus lazeres e sua vida social onde através dela consegue uma produção de sociedade.

Historicamente a vida cotidiana está ligada ao trabalho onde ela se torna hierárquica, aquele que trabalha e produz tem uma posição diferenciada daquele que não trabalha. Trazendo este pensamento para a escola, podemos afirmar que a vida cotidiana de uma escola transparece isso. Neste sistema notamos que a hierarquia está imposta. Poderes executivos exercem uma força no ambiente escolar e neste ambiente separamos diretores, pedagogos, professores e funcionários. Cada um tem sua função e sua hierarquia e no momento em que a vida cotidiana se altera trazendo uma inversão nestes cargos, podemos afirmar que a vida cotidiana escolar terá vários problemas a serem resolvidos.

No caso específico das instituições especializadas esta vida cotidiana se difere de outras instituições, pois além da hierarquia imposta pelos governos estas instituições são comandadas por diretorias que nem sempre estão preocupadas com o desenvolvimento educacional do aluno afetando diretamente o trabalho do professor.

Heller (1992) cita que o homem aprende em grupo, desde seu nascimento seu aprendizado vem desta maneira. Aprendemos o que é certo e errado, o que vestir, o que comer, etc. Dependendo do grupo que estamos inseridos o aprendizado se diferencia. Na escola este aprendizado não é diferente, grupos de professores tendem a ensinar de maneira diferente seus alunos. Na educação especial este aspecto é muito evidente. Instituições no Brasil inteiro se preocupam com a educação dos alunos, mas não tem como princípio único de ensinamento. O Estado do Paraná é o único que transformou suas instituições em escolas da educação básica isso as diferencia de outros estados. Desta maneira os grupos de professores que lecionam aqui tem uma vida cotidiana diferenciada de outros grupos. Esta situação pode ser entendida como uma mudança radical imposta pelo governo. Desta forma estes grupos necessitam de um aperfeiçoamento diferenciado.

Quando o governo do Estado do Paraná publicou a Resolução nº 3600/2011, que alterou a denominação das Escolas Especiais, seu cotidiano foi abalado. Esta resolução apenas transformava as instituições em modalidades pertencentes à educação básica. Este processo foi rápido e não houve discussão, desta maneira entendemos que a hierarquia imposta pela vida cotidiana foi infringida trazendo assim problemas que até hoje estão sendo solucionados.

A vida cotidiana destas escolas foi alterada trazendo desconfortos para aqueles que estavam envolvidos. As pessoas que estavam envolvidas neste processo são diferentes umas das outras, vivem sua vida cotidiana de forma individual, claro que esta vida tem também como objetivo uma produção de sociedade. Mas, de que forma podemos homogeneizar estes indivíduos para que tenham uma cotidianidade padrão.

A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. Considerado em sentido naturalista isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser isolado, mas

também seu ser individual. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem jamais pode representar ou expressar a essência da humanidade (HELLER, 1992, p. 20).

Desta forma podemos afirmar que não há possibilidade de deixar a vida cotidiana homogênea, mas sim tentar aproximar os indivíduos de um interesse próprio, mas cada um busca seus caminhos para alcançá-los.

Na vida cotidiana o choque entre particularidade e generalidade não são conscientes da vida cotidiana. As particularidades acabam se modificando para que assim possam fazer parte de um interesse social, este interesse social tem como um objetivo o desenvolvimento do grupo onde o indivíduo está inserido. O indivíduo acaba colocando os interesses da integração social a serviço do grupo onde ele está inserido (HELLER, 1992).

Nas instituições especializadas comparado as escolas de ensino comum, o grupo de profissionais que atuam no dia a dia da escola se difere pelos seus interesses, os quais são individuais e coletivos. O professor tem como principal interesse individual o desenvolvimento educacional do aluno, para que isso aconteça o mesmo busca alternativas diferenciadas para atingir o objetivo imposto pelo grupo. Este interesse individual está totalmente ligado ao programa onde o mesmo está inserido. Um professor que trabalha com os anos iniciais têm objetivos e interesses diferentes do professor que trabalha com a iniciação profissional.

A coordenação pedagógica juntamente com a direção tem interesses individuais e diferentes dos professores, mesmo que o objetivo seja o mesmo o processo de trabalho é pensado de uma forma diferenciada. Este grupo tem como trabalho organizar e administrar a escola, recebendo ordens e orientações de poderes da hierarquia já citados.

Assim, quando falamos de vida cotidiana na escola vemos que o assunto se torna muito delicado e complexo. Como fazer com que grupos que tem o mesmo objetivo final possam trabalhar de forma em que todos contribuam respeitando as individualidades? Esta pergunta está totalmente ligada ao processo de funcionamento de uma instituição especializada.

Da mesma forma que existe uma complexidade na vida cotidiana escolar, também podemos afirmar que não existe grupo de trabalho sem cotidiano. Todos

estão ligados a um padrão de trabalho. Carvalho (2007) destaca que não há sociedade sem cotidiano, dessa maneira uma escola com toda sua organização depende do cotidiano para assim superar obstáculos impostos durante a jornada de trabalho, cabe ao grupo se organizar para que o cotidiano se torne uma ferramenta de trabalho no desenvolvimento educacional dos alunos.

O cotidiano escolar exige sempre dos professores que nele estão inseridos, as mudanças realizadas no ambiente refletem diretamente nos trabalhos executados pelos professores. No dia a dia a escola atende diversos tipos de alunos, estes alunos não tem nenhum padrão de comportamento ou mesmo de aprendizagem, cabe aos professores reconhecer e mediar com seus pares as diferenças existentes no ambiente escolar.

O cotidiano escolar tem exigido cada vez mais dos professores, em termos de habilidade para lidar com a heterogeneidade de seus alunos e a diversidade de situações vividas em sala de aula. Assim, recebendo ou não uma formação adequada em termos teóricos ou práticos, ao assumiram suas funções, os docentes, frequentemente, deparam-se com uma variedade de situações conflituosas de difícil resolução. Neste sentido eles precisam estar em constante processo de desenvolvimento, buscando, na relação com seus pares, por meio de reflexões sobre suas práticas, uma possibilidade de tornar mais efetiva e menos angustiante sua atuação profissional (NUNES, 2005, p. 10).

Esta diversidade de trabalhos que os professores podem realizar no cotidiano escolar deve contemplar os interesses dos alunos que estão inseridos no processo educacional, desta forma os professores recebem diariamente exigências e responsabilidades trazidas pelos alunos e pela própria escola.

2.2 SOBRE O PRECONCEITO NO COTIDIANO DA ESCOLA

A história é a substância da sociedade, esta substância é estruturada e heterogênea, esta heterogeneidade traz diferentes valores que são atribuídos em diversas situações, estes valores podem valorizar como podem desvalorizar diversas situações no cotidiano (HELLER, 1984).

As Escolas de Educação Especial sofreram com o preconceito da sociedade em relação ao seu papel na formação de alunos com deficiência. Este preconceito se dá ao fato que a palavra assistencialista sempre esteve ligada a educação especial, desta forma o processo educacional era esquecido. Esta prática da escola especial de oferecer mais assistencialismo do que educação existe há muitos anos.

O preconceito é uma categoria de pensamento que é fundamental para a vida cotidiana. Juízos de valores que são formados caracterizam o preconceito concordando ou não com concepções morais estabelecidas anteriormente (HELLER, 1985).

Estas concepções são estabelecidas de acordo com o que a pessoa acredita, trazendo a tona conceitos formados e opiniões sobre determinados assuntos. Quando fazemos parte de um grupo naturalmente acompanhamos os pensamentos deste grupo tendo juízos de valores em comum com os demais integrantes.

A Fé é o afeto por excelência do preconceito, permitindo que este último conserve-se inabalado diante de todos os argumentos da razão. Isto significa que o que sustenta a fé é sempre uma motivação de ordem particular, mas que os objetos e conteúdos do preconceito são de ordem universal, moral ou religiosa (MIRANDA, 2012, p. 48).

A vida cotidiana está ligada ao preconceito de forma que valores são formados pelo conhecimento prévio ou não de um determinado grupo. Este conhecimento prévio oferece caminhos a serem traçados para que no futuro planejamentos sejam elaborados. As instituições especiais convivem com este processo. Os valores agregados a elas correspondem ao cuidado em vez da educação. Os alunos que frequentam estas instituições ficam intitulados de incapazes e que lá recebem um melhor atendimento. Podemos dizer que este valor atribuído a ele tem tudo haver com o preconceito existente na vida cotidiana. Pessoas hoje que fogem do padrão estabelecido na sociedade desde aos padrões de corpo são fadados a conviverem em grupos isolados.

Heller (1985) cita que o preconceito é alimentado por uma absorção de pensamentos pré-estabelecidos onde as decisões tomadas pedem o caráter individual. Esta afirmação nos mostra a necessidade que um indivíduo tem em

conviver em grupo e pensar como o grupo. Desta forma podemos afirmar que estas instituições especiais, onde professores trabalham com o intuito de formar educacionalmente um aluno com deficiência, são considerados um grupo de profissionais que não exercem o papel de professor e sim de atendente para um aluno que também é considerado incapaz de participar em qualquer outro processo educacional.

O preconceito é considerado um falso juízo de valor, uma ação individual ou de um grupo de busca fugir dos conflitos sociais. Todos tendo uma mesma ideologia tendem a conviver de forma mais harmônica possível. Quando vivemos em grupo em uma cultura aprendemos a utilizar tanto de ferramentas desta cultura até dos pensamentos já existentes (HELLER, 1985). Em nossa sociedade aprendemos que instituições especiais atendem pessoas que não tem condição de frequentar outro tipo de instituição se não for aquela. Desta forma trazemos em nossos pensamentos este valor instituído há tempos atrás. Assim, podemos dizer que a vida cotidiana de uma instituição especial remete o que a sociedade pensa sobre ela. Claro que o grupo que ali trabalha e frequenta tem opiniões e valores diferentes daqueles impostos, mas que o andamento ou processo de atendimento das pessoas que participam deste grupo acaba seguindo certa ideologia.

Partimos que fato que a vida cotidiana produz, em sua dimensão social, os preconceitos, bem como de que a base antropológica dessa produção é a particularidade individual, ao passo que o 'tecido conjuntivo' emocional é a fé. Mas disso não decorre, nem fática nem logicamente, a existência dos sistemas de preconceitos sociais estereotipados (HELLER, 2004, p. 50).

A Escola de Educação Especial perante aqueles que não a frequentam é considerada um instituição assistencialista sem objetivo educacional. Este pensamento vem dos trabalhos realizados e até mesmo da falta de terminalidade nos processos educacionais oferecidos pela escola. Não podemos deixar de citar que o papel destas instituições perante a nossa sociedade é importante de forma em que os alunos que ali pertencem estejam sendo bem cuidados.

D'Antino (1998) relata sobre a importância destas instituições no início das sociedades. Elas foram criadas para suprir uma demanda de alunos que na época não poderiam frequentar o ensino comum, tinham como objetivo atender alunos que possuíam diferenças e assim transparecer que estes alunos estavam

recebendo algum tipo de educação que as próprias leis previam. Com este objetivo que foi citado a sociedade entendeu da mesma maneira, construindo assim um conceito que até hoje permanece.

Hoje as Escolas de Educação Especial ainda carregam este valor atribuído há anos atrás, algumas situações para alterar este pensamento devem ser realizadas em conjunto com a comunidade escolar, evidenciando o principal papel que estas instituições têm na sociedade.

Em contrapartida alguns alunos que possuem algum tipo de deficiência mais severa e frequentam as instituições não recebendo nenhum tipo de processo educacional, reforça o estigma destas instituições, transformando-as em instituições assistencialistas e não educacionais.

CAPÍTULO 3

MÉTODO, OU COMO PRODUIR INFORMAÇÕES PARA ADENSAR A DISCUSSÃO?

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

As reflexões e críticas sobre o processo de mudança nas Escolas de Educação Especial no Paraná foram a principal motivação para se realizar esta pesquisa. As mudanças estabelecidas na Lei deveriam ser amplamente discutidas para assim podermos obter um melhor aproveitamento no processo educacional do aluno com deficiência.

Para podermos entender as mudanças ocorridas no cotidiano escolar referentes às mudanças impostas pelo governo, optamos por uma pesquisa qualitativa, que segundo Thomas, Nelson e Silverman (2007, p. 298) “busca compreender o significado de uma experiência dos participantes, em um ambiente específico, bem como o modo como os componentes se mesclam para formar o todo”.

A pesquisa qualitativa enfatiza a ‘essência’ do fenômeno. A visão de mundo das pessoas varia de acordo com a percepção de cada um, sendo bastante subjetiva. Os objetivos são principalmente, a descrição, a compreensão e o significado. O pesquisador não manipula variáveis por meio de tratamentos experimentais, interessa-se mais pelo processo do que pelo produto (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007, p. 298).

A opção deste tipo de pesquisa vem ao encontro do objeto pesquisado que são as mudanças no cotidiano escolar, para descobrir isso e obter reflexões pertinentes a essência, que é de suma importância.

A escolha deste método se deu também pelo campo e sujeitos pesquisados, seria impossível pesquisar e compreender um fenômeno de forma quantitativa, pois ele está ligado a vários fatores que compõem um grupo como: crenças, opiniões, valores e atitudes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Pesquisar um fenômeno social implica em tentar explicar o que acontece em uma situação onde o ser humano está diretamente envolvido. Este envolvimento deixa este fenômeno como uma situação não exata, cabendo ao pesquisador explicar as etapas e tentar compreender todo o processo (LADRIERE, 1991).

Para este estudo a escolha dos métodos foi amplamente discutida e estudada para que se encontrasse uma forma em que os métodos explicassem de forma objetiva o principal assunto do trabalho. Para que isso acontecesse algumas preocupações foram tomadas. Como efetuar a pesquisa sem deixar a experiência do pesquisador diante dos sujeitos e campo de trabalho? Como estabelecer uma participação espontânea dos professores pesquisados sem que o processo formal do trabalho atrapalhasse a pesquisa? Quais os instrumentos que serão utilizados na pesquisa e se esses instrumentos são funcionais aos sujeitos pesquisados? Como aplicar o instrumento de pesquisa sem que haja uma interferência externa e assim ocasionar uma participação menos efetivas dos professores? Todas estas questões foram estudadas para que o trabalho obtivesse resultados coerentes e satisfatórios em um fenômeno social.

É importante salientar a não existência de neutralidade na pesquisa, isso acontece devido à participação efetiva do pesquisador no campo de estudo. Segundo Lüdke e André (1986) todo o conhecimento acumulado durante a participação no estudo surge como dados que possam trazer reflexões e assim chegar a debates necessários.

Desta forma com buscamos articulações seguindo os pensamentos destes autores para assim poder entender todo o cotidiano escolar de uma Instituição Especializada. Os questionamentos e reflexões tendem a responder aos problemas apresentados e assim chegar a uma conclusão onde possamos adentrar a novos estudos organizando da melhor forma a educação especial.

A escolha deste delineamento metodológico foi devida a sua evolução, onde desta forma conseguimos debater o objeto de estudo juntamente com as problemáticas propostas.

3.2 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

3.2.1 Escola de Educação Especial

Esta pesquisa teve como campo uma Escola de Educação Especial, no município de Guarapuava-PR, é mantida por uma Associação que recebeu todas as orientações do Governo do Estado do Paraná, a escola está passando por uma reforma pedagógica. Esta escola está situada num bairro do referido município aonde a maior parte dos seus alunos vem da periferia da cidade.

A Escola iniciou suas atividades logo após a criação da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 27/08/71, com sete (07) crianças em uma casa funcionaram ainda precariamente em duas salas de aula, alugadas pela Prefeitura Municipal, no Grupo Escolar Dona Marta, na Igreja Presbiteriana, situada na Rua Professora Leonidia. Em agosto de 1973, já com treze (13) alunos, mudou-se para uma casa situada à Rua Xavier da Silva, 922, alugada pela APAE. Foi regulamentado o funcionamento da Escola na Secretária de Educação e Cultura do Paraná, registrada sob nº 06 e seu funcionamento autorizado pelo Decreto Estadual nº 3396 de 23-03-73, publicada em D. O. de 28-03-73. Em 1976 através de Decreto nº 2167 obteve o seu reconhecimento definitivo. Somente em dezembro de 1979 e com sessenta (60) alunos, mudou-se para sua sede própria onde permanece até hoje com quatrocentos e dezenove (419) alunos.

3.2 Sujeitos de Pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa são cinco (5) professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério do Estado de Paraná, que atualmente estão cedidos para a entidade. Estes professores são regentes de turma, e faziam parte da instituição antes e depois da resolução 3600/2011 SEED/PR.

A escolha destes sujeitos se deu de acordo com os critérios estabelecidos no início da pesquisa. O primeiro critério foi que os mesmo deveriam estar trabalhando na instituição antes do ano de 2011 para que suas experiências fossem contadas antes e depois das mudanças instituídas.

A escolha deste grupo também se deu pela experiência prévia do

pesquisador perante o campo de pesquisa. A convivência no cotidiano escolar e o acompanhamento das dúvidas e soluções propostas por este grupo fez com que esta escolha fosse pertinente ao trabalho.

Os sujeitos da pesquisa tem como formação o curso de pedagogia, quatro fazem parte do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e um faz parte do quadro da secretaria municipal de educação. Todos estão cedidos para a escola de educação especial e lecionam a mais de 10 anos dentro da instituição.

3.3 COLETAS DE DADOS

3.3.1 Instrumento

Como instrumento de pesquisa utilizou-se uma entrevista padronizada e semiestruturada com os professores pertencentes a esta escola. Antes desta decisão em realizar a entrevista estava sendo planejada a utilização do grupo focal com os professores envolvidos, mas após algumas conversas e reunião dentro da escola percebemos pouca participação dos envolvidos nas discussões. Professores não participavam apenas concordavam com certos líderes destacados no grupo dentro da escola. Desta maneira com a entrevista individual e padronizada acreditamos que podemos obter melhores esclarecimentos sobre as questões, pois com o questionamento individual cada um poderá se expressar da forma que achar mais coerente.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 197) “o motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas.”

Todos os envolvidos na pesquisa fazem parte do processo educacional dos alunos, estes professores trabalham diretamente e tem conhecimento específico do tema pesquisado. Acreditamos que os dados desta pesquisa poderão trazer novos questionamento e principalmente um debate mais efetivo sobre as mudanças realizadas na escola. Na entrevista com os professores a questão central diz respeito ao cotidiano escolar antes e depois das mudanças realizadas pelo governo.

Para Quaresma (2005, p. 72) a entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

A participação dos professores foi de forma livre e espontânea os mesmos terão a liberdade de comentar o que for necessário sobre o assunto.

Foram abordadas cinco questões sobre a temática envolvida. A primeira questão será sobre a compreensão sobre a educação inclusiva e qual a necessidade deste tema perante a educação especial. Estes professores trabalham na educação especial há muito tempo e neste tempo os alunos atendidos são alunos que estão dentro desta instituição há vários anos sem receber uma progressão escolar tão menos alguma finalidade. A segunda questão trará a compreensão sobre a inclusão escolar, principalmente sobre a inclusão dos alunos que hoje pertencem à educação especial. A análise e opinião sobre a Resolução nº 3600/2011 que transforma as Escolas de Educação Especial em escolas que fazem parte da educação básica será questionada na terceira pergunta para os professores. Esta resolução foi um pedido de todos os envolvidos na educação especial e que agora traz certa inquietação pelo processo que estas instituições estão passando. Também foi questionado como o professor observa seu trabalho dentro da instituição e se ele pode ser considerado igual ao trabalho de um professor de uma escola regular de ensino. Este questionamento abordará tanto a função que o professor tem dentro da escola quanto seu trabalho educacional diante alunos que possuem deficiência, e vai ao encontro da afirmação de Heller (1992) sobre a importância que um indivíduo tem perante o grupo referente ao seu trabalho. Refletir-se-á junto aos professores sobre a compreensão referente ao olhar da sociedade e de pais de alunos sobre o trabalho na educação especial, abordando papéis assistencialista e educacional que se manifestam nesses olhares.

3.4 APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante da coleta que foi efetuada por meio das entrevistas cedidas pelos professores da escola de Educação Especial, optamos em utilizar como discussão dos resultados a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que é definida como:

Um conjunto de técnicas das análises das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Utilizando desta técnica para análise dos dados obtidos durante a pesquisa iremos de encontro o que a autora cita. Primeiramente teremos a pré-análise das informações para que assim possamos sistematizar as informações obtidas. Neste processo a experiência do pesquisador dentro da instituição juntamente com os professores e suas turmas servirá de orientação para entender o processo como um todo.

Na segunda etapa teremos a exploração do material bruto obtido nas entrevistas. Esta etapa consiste em descrever as respostas para que na próxima etapa os dados obtidos que merecem certo destaque possam ser identificados e destacados.

Na Análise de Conteúdo a técnica para discussão e entendimento dos dados será a tematização, que segundo Bardin (1977) consiste em classificar os elementos conquistados durante a pesquisa em categorias sob títulos genéricos, tendo como objetivo agrupar informações de destaque para que sua discussão se torne mais efetiva.

Os temas criados para a discussão dos resultados foram: Sobre a Educação Inclusiva, Alunos atendidos na educação especial, Mudanças da Resolução Estadual, Trabalho perante a sociedade e Diferenças dentro da instituição.

O tema sobre a educação inclusiva foi criado com o objetivo compreender qual o pensamento que os professores que atuam na educação especial tem sobre o processo de inclusão escolar. Estes professores tem papel fundamental no processo de inclusão pois estão muito próximos aos alunos que possuem

deficiência bem como seu familiares.

Os alunos atendidos na educação especial responderá a duvida que o trabalho iniciou. Os alunos que freqüentam estas instituições fazem parte de um grupo que geralmente é excluído no ensino comum, dessa forma poderemos entender as dificuldades que os mesmo possuem.

A mudança na educação especial no estado do Paraná destacará o processo em que as instituições passaram para se adequar as novas legislações. Assim poderemos compreender as dificuldade e facilidades enfrentadas.

A temática trabalho perante a sociedade irá destacar qual a função destes professores perante a comunidade escolar e sociedade em geral, destacando sua importância e seu papel como docente

Diferenças dentro da instituição destacará qual a função de cada professor e se os mesmo possuem algumas diferenças em seus trabalhos mesmo tendo a mesma formação.

Acreditamos que com esta análise teremos a condição de discutir e aproveitar todos os resultados obtidos durante a pesquisa sem que haja uma perda das informações cedidas pelos professores, podendo assim atingir os objetivos propostos no início do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Esta temática foi abordada para assim entendermos melhor o pensamento do professor de educação especial sobre a inclusão escolar. A inclusão escolar deve atender todo aluno que possui algum tipo de necessidade especial. Alunos com deficiência devem frequentar o ensino comum juntamente com alunos que não possuem deficiência. Mendes (2006) cita a importância que a inclusão traz para todos, pois a diversidade faz parte de um processo educacional de qualidade. O Professor 03 diz que:

“A educação inclusiva deve atender todos os alunos, só frequenta a escola especial somente se os pais querem. A educação na minha opinião é dar para a criança com deficiência os mesmo direitos daqueles sem deficiência” (P3).

A fala desta professora vem ao encontro dos estudos de Mittler (2006) e Artioli (1999), destacando a importância da inclusão no ensino comum. Mittler ainda cita que a escola necessita se preparar para receber o aluno que possuem algum tipo de deficiência, esta preparação está totalmente ligada ao objetivo do processo inclusivo. Quando a escola não está preparada notamos que a inclusão pode se tornar inviável. O Professor 02 comenta que

“A experiência que temos é que não esta funcionando, não sei onde esta a falha. Ela não está acontecendo como estávamos esperando. Eu acho que é mais uma questão dos professores que trabalham no ensino comum, tendo um olhar diferente para os alunos inclusos, achando que o aluno é um problema, não vendo futuro educacional nos alunos” (P2).

Notamos que nesta fala a professora se preocupa com a preparação dos professores do Ensino comum tem em relação aos alunos que possuem deficiência. O processo educacional deve atender todos os alunos independentemente de suas limitações. Saviani (2009) afirma que um dos

problemas para a inclusão acontecer se diz a respeito da formação dos professores que atendem alunos com deficiência. Sua formação é inexistente ou muito ampla, trazendo problemas e divergências no processo educacional. O Professor 03 ainda diz que:

“Necessita dar condições para que ela aprenda e interaja assim como os outros, se bem que ela não vai conseguir aprender da mesma forma, mas se deve proporcionar métodos para que ela consiga se desenvolver” (P3).

As adaptações que a inclusão exige e devem fazer parte da prática educacional do professor. O aluno chega na escola e traz consigo uma necessidade clara que o sistema educacional atual necessita de alterações para que assim o aprendizado de qualquer aluno obtenha sucesso. Estas modificações curriculares e metodológicas são citadas nos estudos de Omote, Oliveira, Baleoti e Martins (2005). Estas transformações que a escola necessita devem acontecer desde as estruturas e edificações até a mentalidade da comunidade escolar. Desta forma a inclusão acontecerá de forma natural e gradativa. O Professor 01 Professor 04 acreditam que:

“Acho que há casos que funciona e casos que fica difícil, difícil para os profissionais que estão atuando lá, muitos não estão preparados, mas se for um caso leve funciona. Alunos com muito comprometimento não funciona”(P1).

Acho que casos que funciona e casos que não funcionam pois os professores não estão preparados, alunos que tem pouco comprometimento dão certo no ensino comum, já aqueles que tem um grau maior de deficiência não terão êxito. (P4)

Esta declaração nos mostra que o pensamento deste professor vem contra as legislações como a LDB e a Declaração de Salamanca. Alunos que possuem algum tipo de deficiência devem ser matriculados no ensino comum cabe a escola se preparar para atendê-los, não podemos excluir alunos devido ao seu comprometimento, desta forma estaremos excluindo eles de um processo de inclusão que deve ser para todos. O professor 5 cita:

Eu acho que a nossa escola temos que ser muito responsáveis na inclusão, pois aqui eles são atendidos praticamente individualmente e lá fora não receberão este atendimento. Sofrendo perdas e serão discriminados no processo (P5)

Atualmente o processo de inclusão precisa respeitar que cada aluno é diferente e que o aprendizado não ocorrerá de forma homogênea se utilizar dos mesmos métodos. Acreditamos que o maior problema encontrado na inclusão escolar é a alteração de práticas e metodologias, buscando um maior aproveitamento do conteúdo repassado. A escola e seus profissionais devem buscar alternativas para que o aluno incluso obtenha um excelente aproveitamento escolar. Omote, Oliveira, Baleoti e Martins (2005) afirmam que o processo de inclusão necessita de varias mudanças no ambiente escolar, tanto de forma estrutural como mobilhas, acessos e materiais pedagógico como uma mudança radical na mentalidade da comunidade escolar, entendendo que o diferente pode fazer parte do processo educacional vigente.

4.2 ALUNOS ATENDIDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Esta temática atendeu a demanda de entender o perfil do aluno que escola de educação especial atende. A escola de educação especial é considerada segregadora, não oferecendo ao aluno com deficiência uma educação formal como acontece no ensino comum. Os professores entrevistados possuem uma vasta experiência na educação especial, trazendo informações importantes sobre os alunos que ali frequentam.

Foi questionado aos professores se seus alunos tinham condição de frequentar o ensino comum. Sabemos que segundo a LDB (1996) que a matrícula do aluno com deficiência dever ser preferencialmente na rede regular de Ensino, mas também sabemos que existe uma grande parcela de alunos que estão na educação especial, neste sentido tentaremos entender qual o motivo destes alunos não estarem matriculados no ensino comum. No momento que houve esta indagação o Professor 01 cita que:

“Poucos tem condição, uma pequena parcela, e não estão lá devido ao benefício, preferindo deixar o aluno na escola. Os Pais acreditam que ele frequentando a escola especial ele tem direito ao benefício” (P1).

O Professor 4 tem o mesmo pensamento sobre a questão:

“Poucos alunos que eu atendo tem condição de frequentar uma escola comum, uma pequena parcela. Eles não estão lá porque os pais acham que se o aluno sair da instituição perdem o benefício da prestação continuada” (P4)

Esta informação demonstra que os Pais dos alunos matriculados não estão no ensino comum devido a uma preocupação que a família tem sobre o Benefício da Prestação Continuada, este benefício é um auxílio financeiro repassado aos responsáveis dos alunos com deficiência para diversas despesas. Isto não acontece se o aluno estiver no ensino comum, este benefício é repassado para o aluno por causa da sua deficiência e não pela sua matrícula na educação especial. Quando o professor relata que poucos têm condição de frequentar o ensino comum podemos perceber que ele cita alunos com um alto grau de comprometimento. Estes alunos recebem na educação especial atendimento diferenciado, estes métodos até um início de processo educacional até atendimento clínico oferecido pelo SUS na própria instituição. A este respeito Professor 02 relata que:

“As turmas que trabalho nenhum tem condição de frequentar uma escola comum devido ao comprometimento deles. Eles precisam de ajuda eles não são independentes e no ensino comum eles não irão ter um acompanhamento. E o professor irá ficar apavorado em ver um aluno naquelas condições” (P2).

Este relato vai de encontro o que o Professor 01 afirma:

“Alunos comprometidos não tem condição de frequentar o ensino comum”(P1).

Quando ela cita que se um professor da educação básica encontrar um aluno com este grau de comprometimento irá ficar apavorado podemos pensar

que o processo necessita de uma formação diferenciada para aquele que irá atender este aluno. Saviani (2009) descreve que a formação de professores quando citada no Plano Nacional de Educação ficam em aberto quando o assunto é Educação Especial. Necessitamos de reformas educacionais e a preocupação em formar professores capazes de entender e desenvolver um processo educacional diferenciado ao aluno com deficiência.

Já o Professor 03 nos relata:

“Dos 10 alunos que atendo, eu acho que 4 poderiam estar inclusos no ensino comum, e não estão porque os Pais não querem com medo da discriminação que ele pode sofrer, os outros que atendo futuramente devem estar no ensino comum”(P3).

Esta afirmação demonstra a preocupação deste professor em afirmar que estes deveriam estar frequentando o ensino comum e mais uma vez quem não deseja esta situação são os pais, mas pelo motivo de algum certo medo da discriminação que este aluno pode sofrer. Mendes (2009) afirma que este processo de exclusão acontece na idade moderna, excluindo aqueles que não fazem parte do grupo instituído. Este sentimento é natural, pois este aluno estará saindo de um ambiente considerado pelos pais extremamente protetor e estará indo para um local onde talvez esta proteção não exista.

O Professor 5 cita que a Escola de Educação Especial deve ter uma responsabilidade em incluir o aluno com deficiência no ensino comum, na opinião dela os alunos devem estar preparados para ser inclusos, tendo com preparação as aulas na Escola de Educação Especial.

“Eu que não, mas o professor tem que ser muito responsável para mandar para inclusão, o aluno não está apto para a inclusão se saber apenas ler e escrever, ele precisa interpretar e entender” (P5).

Por esta declaração entendemos que os alunos que não desenvolvem padrões educacionais esperados não podem ser inclusos no ensino comum. Devemos compreender que as Escolas do Ensino comum devem adaptar seus

currículos para atender alunos que necessitam de processos educacionais diferenciados. Mittler (2008) destaca a importância da adaptação de toda estrutura escolar, incluindo currículo, conteúdos e avaliações.

A escola de educação especial tem uma estrutura diferenciada comparada as escolas do ensino comum, seu trabalho educacional é mais individualizado e acompanhado por profissionais de outras áreas para assim obter um melhor desempenho do aluno.

Aqui eles recebem atendimento individualizado facilitando o processo, fora daqui isso não vai acontecer (P5)

A maior preocupação desta professora é que o aluno possa não receber atendimento individualizado no ensino comum dificultando o processo educacional. Podemos entender esta preocupação pela citação de Mendes (1999) que descreve que aqueles que são diferente do grupo inserido naturalmente são excluídos do processo.

Vale a pena salientar que a inclusão deve ser para todos indiferentes da sua dificuldade. A escola juntamente com seus professores deve alterar formas e práticas para atender a todos de forma igualitária, respeitando seus limites e entendendo suas limitações

4.3 MUDANÇAS NA RESOLUÇÃO ESTADUAL

A Resolução 3600/2011 alterou a educação especial no Estado do Paraná, transformando estas escolas na modalidade da educação básica. Esta alteração era um pedido daqueles que na educação especial participavam, mas do mesmo modo que esta formalização trouxe alguns benefícios houve também várias inquietações e dúvidas. Quando questionado isso aos professores os mesmos responderam:

“Nada, somente mudou o nome da escola, única coisa que aumentou foram os relatórios avaliativos dos alunos”(P1).

A afirmação do professor evidencia que a mudança foi mais documental do que estrutural. Refletindo sobre esta mudança destacamos que foi pedido da Federação das APAES alegando que as escolas já funcionavam de maneira em que atendiam todas as determinações da secretaria de educação. Os professores 2 e 3 citam:

“A única coisa que mudou é que o relatório deve ser mais direcionado, abrangendo todas as disciplinas. Nos restante não mudou nada apenas o nome”(P2).

“Pra mim não mudou muito, nosso currículo escolar já era flexível, alguns conteúdos que foram alterados não tem como trabalhar da forma que é trabalho em outras escolas. A lei mudou o nome, a escola continua a mesma, o livro de chamado se alterou. O meu trabalho continua a mesma forma”(P3).

Desta forma o pedido efetuado pela Federação no parecer 108/10 CEE/CEB que destaca o atendimento aos alunos nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, demonstra uma possível organização escolar como acontece no ensino comum. O professor 4 cita:

Meu trabalho não mudou nada, mudou somente o nome, meu trabalho continua o mesmo, única diferença é que tenho mais documentos para preencher referente ao meu trabalho e ao aluno. (P4)

Todos os professores citaram que as mudanças que ocorreram foram o nome da escola e relatórios que devem ser feito sobre os alunos. Isto demonstra que esta instituição trabalhava da mesma forma que a resolução orientou, alterando somente o sistema de avaliação para um relatório individual e totalmente descritivo.

Em contra partida o Professor 5 cita em sua afirmação que a alteração de nomenclatura da escola mudou muito o seu trabalho em relação aos alunos em sua fala destacamos:

“Mudou da água pro vinho, antigamente não tínhamos o reconhecimento como professores” (P5).

Nota-se que esta mudança traz consigo uma alteração de tratamento por parte da Secretaria de Educação, reconhecendo o professor pelo seu trabalho pedagógico diante a escola e seus alunos. Estes professores são considerados como profissionais assistencialistas e não pedagógicas. D’Antino (1998) afirma que as instituições foram criadas com o objetivos assistencialistas e não educacionais, a preocupação era zelar pela pessoa com deficiência e não educar, até porque por muito tempo estas pessoas eram consideradas incapazes de aprender e se desenvolver. Continuando, o Professor 5 destaca:

Antigamente buscávamos para o aluno tudo o que ele precisava, agora precisamos atender a parte pedagógica exclusivamente. (P5)

Este relato descreve o período onde a preocupação era de se educar para a vida, pensando numa possível independência do aluno. Currículos funcionais eram muito trabalhados nestas instituições, tendo como conteúdos ações que proviam o desenvolvimento social do aluno.

Hoje apos esta mudança o professor deve se preocupar em atender a parte pedagógica educacional do aluno, deixando o currículo funcional para outros profissionais que possam desenvolver.

Acreditamos que esta seja a principal mudança ocorrida nestas instituições, pois esta mudança de trabalho gera organização e debates. Cabe ressaltar que nas respostas houve uma contradição de idéias, enquanto professores citavam que nada mudou, que o trabalho continua o mesmo outro cita que a mudança foi radical, alterando toda sua forma de trabalho.

4.4 TRABALHO PERANTE A SOCIEDADE

O tema trabalho perante a sociedade busca investigar sobre a opinião que estes professores têm quando falamos de Educação Especial na sociedade.

Quem trabalha nestas instituições na maioria das vezes sente que a comunidade acredita em um trabalho totalmente diferenciado, destacando mais a parte assistencialista do que o lado educacional. Vale ressaltar que todos os professores que trabalham na educação especial possuem formação a nível superior com especialização em educação especial. Isso nos demonstra pela declaração do Professor 03:

“Eles acham que eu vou ganhar o céu, um dom maravilhoso, trabalho lindo. Eu sinto discriminação, eu tive formação de professor e não é uma coisa de outro mundo trabalhar na educação especial. (P3)

Este pensamento da sociedade é uma formação de opinião feita há muito tempo como cita D’antino (1998) As instituições especiais tinham como principal objetivo cuidar de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência sem se preocupar com o seu processo educacional, as instituições foram criadas para suprir uma demanda que a educação básica não tinha condições em receber. Esta formação de opinião sobre o trabalho dentro da Educação Especial também é relatado nas respostas do professor 01.

“A sociedade acha um trabalho assistencialista”(P1). E do Professor 02 “Depende muito se a pessoa é mais esclarecida ela vê com um trabalho dignificante, outros vêm como uma providencia divina, se você trabalha você vai para o céu, os pais vê meu trabalho como de uma babá. O papel assistencialista está ligado ao pensamento da sociedade perante aqueles que trabalham na educação especial” (P2).

Todos os professores relatam que a sociedade ainda entende seu trabalho como assistencialista não entendendo todo processo educacional planejado pelo professor. As escolas de Educação Especial no estado do Paraná hoje fazem parte da Educação Básica, esta modificação foi um pedido dos gestores destas escolas pelo parecer CEE/CEB n.º 108/10 com a justificativa que estas escolas realizavam um trabalho pedagógico como qualquer outra escola. Este pedido afirma que toda organização escolar destas instituições acompanha um processo pedagógico e que o objetivo principal dela é educar alunos com deficiência

intelectual. Os professores que lecionam nestas escolas afirmam que seu trabalho é pedagógico ficando muito longe da área assistencialista que muitos citaram. A esse respeito o professor 5 menciona:

“Eu já senti na pele que me falaram “nossa coitada de você que trabalha na APAE, como se os alunos fossem louco e nós fossemos mais loucos ainda, ai eu falei que estou num lugar que tenho alunos.” (P5)

O professor que atua na educação especial deve ter formação específica em licenciatura com alguma especialização voltada a educação especial, sua formação deve atender os requisitos que uma escola de educação especial tem. Quando descrevem que a sociedade acredita que o seu papel é de cuidar dos alunos matriculados, nota-se um descontentamento destes professores e até uma indignação, como cita o professor 3:

“O que eu cobro na escola comum eu cobro aqui, a maneira que trabalho lá trabalho aqui. A sociedade acham que somente cuido dos alunos, eles me perguntam se eu trabalho conteúdo com meus alunos e digo que sim” (P3).

Analisando esta resposta é visível que o professor tem o mesmo comprometimento e também as mesmas práticas educacionais quando leciona no ensino comum. A estruturação pedagógica da escola de educação especial é realizada pelos professores atendendo todas as especificidades dos alunos. A sua formação continuada segue o mesmo molde da formação dos professores da escola comum, com capacitações e formação oferecidas pelo governo.

4.5 DIFERENÇAS DENTRO DA INSTITUIÇÃO

Uma instituição de Educação Especial possui vários tipos de profissionais da área da educação, estes profissionais se diferenciam por formações diferenciadas em áreas diferentes e interesses profissionais muito particulares. Alguns professores tem preferência em trabalhar com uma certa turma e outros

trabalham onde a instituição achar mais necessário. Desta forma esta temática analisa toda estas diferenças que temos em uma escola de educação especial.

Como já citado que temos vários profissionais da área de educação perguntamos se existe diferenças entre os professores dentro da instituição, se grupos são formados referente a um certo interesse. O Professor 01 diz:

“Os professores se separam devidos as turmas atendidas.” (P1)

É importante ressaltar que cada turma possui um alunos diferentes de outras turmas, isso se dá pelos programas oferecidos pela instituição. O professor 02 relata que:

“Existe sim devido ao comprometimento dos alunos, mas na minha opinião que faz turma boa é o professor.” (P2)

Nesta fala podemos observar que os alunos são divididos por comprometimento, e que os professores se diferenciam pelos alunos que atendem. Heller, (1997) cita que grupos formados por interesses de cada indivíduo e que é importante que o individuo pense juntamente com o grupo para que o mesmo faça parte. Na escola não é diferente, professores formam grupos que atendem alunos semelhantes, com a mesma deficiência ou comprometimento, desta forma tem um mesmo pensamento formando assim um grupo diferenciado dos demais. Outros professores que atendem grupos com alunos menos comprometidos também tem seu grupo que se diferencia de outros. Nas palavras do Professor 04:

“Há uma diferença entre os professores, temos aqueles que trabalham com alunos mais comprometidos e outros professores com alunos menos comprometidos.”(P4)

É visível que o comprometimento do aluno diferencia os professores dentro da instituição, aqueles que tem turmas onde os alunos tem menos comprometimento são considerados professores que tem um trabalho mais fácil diante daqueles que trabalham com alunos com um maior comprometimento.

“Claro que as conversas giram em torno de quem tem aluno menos comprometido tem um trabalho mais fácil”(P4)

Se a organização da escola é realizada desta forma temos que entender como que estas turmas e alunos são distribuídas, o professor 5 fala que:

“Eu acho que agora está bem melhor pois as turmas são escolhidas por critérios, quem tem mais experiência escolhe a turma que prefere.” (P5)

As turmas são divididas de acordo com o tempo de serviço que o professor tem na escola, os professores mais experientes escolhem suas turmas de acordo com sua preferência, os professores mais novos ficam com a turmas que ainda não foram escolhidas.

“Existe, eu que tenho 25 anos nesta escola fico apavorada no final de ano, fico nervosa quando tenho que trocar de turma, porque eu mesmo quando eu trabalhava na alfabetização eu achava que jamais iria conseguir trabalhar com os PCs, e quando me deparo com uma situação eu mesmo fico apavorada devido a mudança.”(P2)

A mudança de professores nas turmas traz um grande desconforto aos professores. A preferência é critério de escolha, professores que estão habituados e acostumados a trabalhar com um certo aluno trazem esta preferência a tona, não querendo nenhum tipo de mudança. O cotidiano citado por Heller (1997) faz parte do trabalho destes professores. Eles preferem repetir ações e trabalhos do que participar de um processo novo onde necessita de mudanças substanciais.

“E a gente tem medo do que vem para frente, dos alunos que tem mais comprometimento, com medo de que algum aluno possa passar mal no lanche. Os professores novos que chegam eu acho que tem um choque dependendo da turma que recebe”. (P2)

Carvalho (2007) cita que cotidiano corresponde as ações que um indivíduo faz durante seu dia. Todas estas ações repetidas formam a vida cotidiana. Alterar estas ações pode trazer insatisfação pois estamos acostumados a nossa vida cotidiana.

Dessa forma, a citação do autor vai de encontro as palavras do professor, este medo de mudar de sair da sua vida cotidiana dentro da escola é explícito em suas palavras. Da mesma forma que temos poucas mudanças na vida escolar deste professores os novos professores acabam sofrendo diferentes tipos de mudanças cotidianas. Toda ano novas turmas são organizadas ficando para estes professores que estão chegando trazendo assim uma grande rotatividade de profissionais dentro da instituição.

O professor 5 declara que:

Eu acho que agora está bem melhor pois as turmas são escolhidas por critérios, quem tem mais experiência escolhe a turma que prefere. A rotatividade de professores dificulta. (P5)

Nesta declaração entende-se que algumas turmas recebem todo ano o mesmo professor não sofrendo alterações na sua organização pedagógica, já as turmas que ficam para os novos professores sofrem com as mudanças ocorrida com a troca de professores. Cabe analisar se estas mudanças trazem benefícios ou não no processo educacional destes alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio de efetuar esta pesquisa voltada ao campo da Educação especial vem da vontade em esclarecer algumas dúvidas do próprio pesquisador que atua nesta área a 20 anos. Durante o estudo notou-se uma diferença entre as escolas do ensino comum e no ensino especial. Essas mudanças se destacam

quando questionamos os professores sobre seu trabalho dentro de uma instituição especial.

No ano de 2010 as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, que são mantenedoras de várias escolas especiais, se organizaram e pediram uma alteração de denominação das escolas mantidas por estas instituições a fim de que as mesmas fossem reconhecidas como componentes educacionais e não centros assistencialistas. Este pedido foi fundamentado com um texto demonstrando que estas escolas já realizam um trabalho educacional há muito tempo e que esta mudança iria alterar significativamente o funcionamento das escolas em relação às práticas pedagógicas dos alunos tendo assim um reconhecimento que no passado não existia. Diante deste pedido no ano de 2011 o governo acatou e adicionou estas escolas especiais como componente da Educação Básica. Vale a pena ressaltar que no Brasil o único estado a realizar esta mudança foi o Estado do Paraná. Esta alteração trouxe mudanças na escola principalmente no trabalho pedagógico dos professores.

Desta forma a pesquisa teve a participação de cinco professores a escolha destes sujeitos seguiu um critério estabelecido no início da pesquisa que os sujeitos deveriam estar na escola antes da mudança ocorrida pela lei 3600/2011 (SEED/PR). Depois de selecionados os professores passaram por uma entrevista estruturada respondendo questões pertinentes à pesquisa.

Logo na primeira pergunta foi questionado a opinião destes professores sobre o processo de inclusão escolar que está acontecendo no cenário Estadual. Houve um certo consenso nas respostas que em sua maioria citavam que alguns alunos poderiam participar do processo de inclusão escolar outros alunos não devido ao grau de comprometimento. Foi citada muitas vezes a falta de preparo das escolas do ensino comum, usando este motivo como principal acusação na falha do processo de inclusão. Concordamos que estamos atrasados quando falamos em inclusão escolar mas devemos salientar que motivos para não incluir são citados quando questionamos sobre a inclusão escolar. Acredito que devemos pensar em soluções, entendendo que o aluno com deficiência necessita de práticas pedagógicas diferenciadas para que assim possamos obter êxito neste processo. Todo aluno independente de sua dificuldade e deficiência tem o direito de frequentar uma escola do ensino comum. Cabe a esta escola se

organizar de forma que este aluno tenha uma participação igualitária dentro da escola. Utilizar de discursos que as escolas não estão preparadas para atender alunos com deficiência traz um retrocesso no pensamento sobre a inclusão escolar. Se toda vez que um aluno necessitar de uma escola inclusiva não efetuarmos esta inclusão devido à falta de organização escolar o processo nunca irá funcionar. Toda mudança ocorre quando enfrentamos situações diferentes daquelas que estamos acostumados na nossa vida cotidiana e a inclusão só ocorrerá se alunos com deficiência frequentarem escolas do ensino comum mesmo onde professores não estejam capacitados ou preparados

A segunda temática da pesquisa abordou sobre os alunos da Educação Especial e se eles tem condição de frequentar o ensino comum junto com alunos sem deficiência. Destaca-se em primeiro momento que aqueles alunos estão matriculados em uma instituição de Educação Especial devido ao desejo da família salientando sobre o benefício da prestação continuada que cada aluno recebe. Foi citado que os Pais deste alunos tem um certo medo que os alunos que saem da Educação Especial possam perder este benefício. Este fator é preocupante no processo educacional pois de acordo com as falas dos professores o maior interesse destes pais é que o aluno continue na Educação Especial exclusivamente pelo dinheiro, não entendendo que a inclusão escolar traria um melhor desenvolvimento educacional dos alunos. É destacado que a não matrícula no ensino comum tem como motivo uma preocupação na discriminação que este aluno pode sofrer diante de uma escola que segundo os pais e professores não está preparada para receber um aluno com deficiência.

O atendimento individualizado recebido na Educação Especial também é fator deste alunos não estarem frequentando uma escola do ensino comum. Podemos salientar que a matrícula do aluno com deficiência deveria ser efetuada em escolas do ensino comum, mas pais e professores são resistentes a este processo devido a incertezas que os mesmos possuem. O processo de inclusão é árduo e necessita de uma participação geral de professores e familiares, o aluno deve ter o direito de frequentar estas escolas e receber uma educação de qualidade, para que isso aconteça todos que participam deste projeto devem modificar seus pensamentos e suas práticas pedagógicas, entendendo que alunos com deficiência tem potencial e conseguem ter um desenvolvimento condizente com a educação básica.

A mudança ocorrida pela resolução 3600/2011 SEED/PR que determina a alteração da nomenclatura das escolas especiais, colocando-as como parte da Educação Básica gerou discussões e até estranhamentos. Os professores que participaram desta mudança relatam em sua maioria que nada mudou, apenas relatórios e documentos a serem preenchidos, desta forma entendemos que as instituições tinham um objetivo pedagógico, fugindo da ideia assistencialista que D'Antino (1998) cita. As declarações reforçam o pedido efetuado pela Federação das APAES no ano de 2010 para que ocorresse esta mudança. Outros professores citam que houve uma drástica mudança em seus trabalhos que agora o principal foco era a alfabetização e que seu papel como educador finalmente foi reconhecido. As escolas especiais sempre terão um objetivo assistencialista devidos aos alunos que atendem, pois a deficiência quando discutida na sociedade traz um sentimento diferenciado e pessoas que trabalham com estes alunos fazem parte deste mesmo pensamento. A sociedade pensa que os profissionais que atuam nesta instituição são diferentes daqueles que trabalham na escola comum. As declarações dos professores afirmam que o trabalho assistencialista está totalmente ligado ao trabalho deste professor, trazendo um desconforto a estes profissionais pois é fato que a formação acadêmica deve ser igual para as duas situações.

Consideramos que os dados obtidos no estudo vão ao encontro dos primeiros questionamentos pensados no início do processo. Existe um embate entre o processo de inclusão e a Educação Especial, trazendo uma perda de qualidade em ambos. Quando a Educação Especial não se preocupa em incluir seus alunos no ensino comum, o processo de inclusão se torna falho e assim o aluno acaba perdendo qualidade no processo de ensino e aprendizagem. E as escolas comuns quando não entendem o principal objetivo da escola de educação especial acabam promovendo uma ideia assistencialista dentro destas instituições. Outras pesquisas deveriam ser realizadas de forma menos formal, pois notou-se durante o trabalho que a formalidade traz uma certa insegurança pelos professores participantes. Encontros espontâneos com conversas informais poderiam trazer mais informações sobre o assunto. Desta forma cabe uma melhor discussão e uma ligação maior entre estas duas esferas para que possamos melhorar o processo de inclusão educacional

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: **Educação Especial: temas atuais**. MANZINI, E. J. (org.). Marília: UNESP, 2000. p.1-9.

ARTIOLI, A. L. (1999). **A integração do aluno deficiente na classe comum: o ponto de vista do professor**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: CORDE, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 24 de agosto de 2015

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 09 jan. 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação **Lei no. 9394, de 20/12/96**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei, São Paulo, v. 6, n. 36, p. 3719-3739, dezembro de 1996.

CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo, Cortez, 2007.

Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Convenção da Guatemala. <http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/documentos-internacionais/doc-convencao-da-guatemala-2001/view>. Acesso em : 20 de nov. de 2014.

CRUZ, G. C. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: EDUEL, 2008.

D'ANTINO, M. E. F. **A Máscara e o Rosto da Instituição Especializada**: marcas que o passado abriga e o presente esconde. São Paulo: Mennon, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

FLAGLIARI, Solange Santana dos Santos. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal**. 2012, 266 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências em Educação. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28092012-135842/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, No 40.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LADRIÈRE, J. "Prefácio". In: BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991. p. 9-22.

MANTOAN, M.T. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm> Acesso em 14 de março de 2016.

MARCONI; M. A.; LAKATOS; E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p.387-405, set./dez. 2006.

MIRANDA, S. F. **O “cotidiano” e a “crítica”: uma análise do preconceito sob dois posicionamentos teóricos.** 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/13582/10089>. Acesso julho/2016

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** São Paulo. Artmed. 2008

NUNES, L. G. A. **No cotidiano da escola (pública):** algumas contribuições da Psicologia Escolar para a prática de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2005

OMOTE, S.; OLIVEIRA, A. A. S.; BALEOTTI, L. R.; MARTINS, S. E. S. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. 15 (32). 387 – 398. **Paidéia**, 2005.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos.** Paraná, 2006.

PARANÁ. SUED/SEED. **Resolução 3.600/2011.** Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.

PARANÁ. Parecer CEE/CEB n.º 108/10, **Pedido para alteração na denominação das Escolas de Educação Especial.** Curitiba PR, 2010.

PETIÇÃO PÚBLICA. **Manifesto da comunidade acadêmica pela revisão da Política Nacional de Educação Inclusiva**, 2011. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N11492>. Acesso em: 8 jun. 2015.

PETIÇÃO PÚBLICA. **Manifesto ao Manifesto da comunidade acadêmica pela revisão da Política Nacional de Educação Inclusiva**, 2011. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N11908>. Acesso em: 8 jun.. 2015.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, p.143-155, jan./abr. 2009.

SASSAKI, R. K. Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. Reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo: **Revista Nacional de Reabilitação**, julho 2003.

SOUZA, M. A. C. **Inclusão e Avaliação no cotidiano da Escola: Um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.